



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA – NEB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA – PPEB

BRUNO E SOUSA OLIVEIRA

**O ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA PELA ESCOLA: uma análise bibliográfica da  
produção acadêmica no Brasil (2011-2021)**

BELÉM/PARÁ  
2023

BRUNO E SOUSA OLIVEIRA

**O ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA PELA ESCOLA:** uma análise bibliográfica da produção acadêmica no Brasil (2011-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica. Linha de pesquisa: Currículo da Educação Básica.

Orientadores: Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha e Prof. Dr. Wladirson Ronny da Silva Cardoso (*In Memoriam*).

BELÉM/PARÁ  
2023

BRUNO E SOUSA OLIVEIRA

**O ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA PELA ESCOLA:** uma análise bibliográfica da produção acadêmica no Brasil (2011-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica. Linha de pesquisa: Currículo da Educação Básica.

Orientadores: Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha e Prof. Dr. Wladirson Ronny da Silva Cardoso (*In Memoriam*).

Data de aprovação: 30/01/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha  
Orientador – UFPA

---

Profa. Dra. Maria José Aviz do Rosário  
Avaliadora Interna – PPEB-UFPA

---

Prof. Dr. José Damião Trindade da Rocha  
Avaliador Externo – PPGED-UFT



## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar a produção do conhecimento em relação ao enfrentamento à LGBTfobia pela escola, gerado a partir de teses e dissertações produzidas e defendidas em programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2011 a 2021, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Nessa abordagem, o trabalho procura atender aos seguintes objetivos específicos: examinar os objetos de estudo privilegiados nas teses e dissertações produzidas e defendidas em programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2011 a 2021; identificar os objetivos selecionados para a realização das pesquisas produzidas; identificar quais lacunas ainda existem nesse rol de produções acadêmicas; e compreender os aspectos e as dimensões destacados acerca do enfrentamento à LGBTfobia pela escola. Com este estudo, queremos responder à seguinte questão central: qual o Estado do Conhecimento sobre o tema do enfrentamento à LGBTfobia pela escola, por meio de teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2011 e 2021? Para tanto, o trabalho utiliza a abordagem qualitativa, que consiste em pesquisa do tipo Estado do Conhecimento. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Entre os resultados obtidos, foi possível descobrir quais são os principais subtemas que despertam interesse dos pesquisadores quando se trata do referido tema, como a situação da população trans, dos professores LGBTs e da falta de políticas públicas. Ainda foi possível descobrir uma paridade entre gêneros dos pesquisadores e a predominância de dissertações em relação a teses, o que demonstra que muitos pesquisadores não dão continuidade às suas pesquisas para um possível doutorado, além desse tema ser mais frequente em universidades do Norte e Nordeste, com destaque para os Programas de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEduc/UFPE e Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB/UFPA.

**Palavras-chave:** Estado do Conhecimento. LGBTfobia. Escola. Currículo.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the production of knowledge in relation to coping with LGBTphobia by the school, generated from dissertations and theses produced and defended in Brazilian graduate programs, from 2011 to 2021, available in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES. In this approach, the work seeks to meet the following specific objectives: to examine the objects of study that have been privileged in the dissertations and theses produced and defended in Brazilian graduate programs, from 2011 to 2021; identify the objectives selected to carry out the research produced; identify what gaps still exist in this list of academic productions; and understand the aspects and dimensions that are being highlighted about coping with LGBTphobia by the school. With this study, we want to answer the following central question: what is the state of knowledge on the subject of coping with LGBTphobia by the school, through dissertations and theses produced in Brazil between 2011 and 2021? Therefore, the work used the qualitative approach, which consists of state of knowledge research. The analysis of the collected data was performed through the technique of Content Analysis. Among the results obtained, it was possible to discover which are the main sub-themes that arouse the interest of researchers when it comes to this topic, such as the situation of the trans population, the LGBT teachers and the lack of public policies. It was still possible to discover a gender parity between researchers and the predominance of dissertations in relation to theses, which demonstrates that many researchers do not give continuity in their research for a possible doctorate, besides this theme is more frequent in universities in the North and Northeast, especially the Graduate Programs in Contemporary Education – PPGEduc/ UFPE and Curriculum and Management of the Basic School – PPEB/ UFPA.

**Keywords:** State of Knowledge. LGBTphobia. School. Curriculum.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Produções acadêmicas realizadas no Brasil no período de 2011 a 2021 .....	11
<b>Quadro 2</b> – Teses e dissertações produzidas no Brasil, entre 2011 e 2021, que tratam do enfrentamento à LGBTfobia pela escola .....	34

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Do tipo de trabalho acadêmico, se tese ou dissertação.....	38
<b>Gráfico 2</b> – Divisão regional dos trabalhos acadêmicos encontrados .....	39
<b>Gráfico 3</b> – Divisão por gênero dos autores .....	40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 OS FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA DA PESQUISA E O MOVIMENTO INVESTIGATIVO ADOTADO.....</b>	<b>14</b>
2.1 O uso do método qualitativo na pesquisa em educação .....	14
2.2 A escolha do Estado do Conhecimento como tipo de pesquisa na condução do estudo .....	19
2.3 A adoção da técnica de Análise de Conteúdo para a análise dos dados produzidos pela pesquisa .....	23
<b>3 O FENÔMENO DA LGBTFOBIA E SEU ENFRENTAMENTO PELA ESCOLA... 26</b>	
3.1 Considerações gerais sobre a LGBTfobia e sobre quem estou chamando de população LGBT .....	26
3.2 O termo LGBT e o seu uso no Brasil .....	27
3.3 Os direitos à educação para a população LGBT.....	29
3.4 A escola: de lugar de manifestação a lugar de enfrentamento à LGBTfobia .....	31
<b>4 O CONHECIMENTO PRODUZIDO NO BRASIL ENTRE 2011 E 2021 SOBRE O ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA PELA ESCOLA.....</b>	<b>34</b>
4.1 Tipo de trabalho acadêmico.....	37
4.2 Divisão por região.....	38
4.3 Divisão por gênero dos autores .....	39
4.4 Análise de conteúdo das teses e dissertações.....	40
4.5 Apontamentos Possíveis .....	56
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta primeira seção objetiva apresentar o tema da pesquisa, justificando a problemática que orienta este estudo, demonstrando a relevância social, acadêmica e pessoal para a realização da escolha do objeto desta pesquisa e suas questões norteadoras. Será apresentado um breve contexto histórico, que justifica as motivações da escolha do tema, demonstrando seus objetivos gerais e específicos. Por fim, será realizado um roteiro de como este trabalho está estruturado, realizando algumas considerações sobre sua organização.

O interesse pelo tema sobre o enfrentamento da LGBTfobia pela escola se inicia antes do meu ingresso no mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica, no Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Partindo da minha experiência enquanto aluno negro e homossexual, minha vida sempre esteve relacionada diretamente ao tema abordado neste trabalho.

Minha vida acadêmica se inicia na graduação em Direito na Universidade Federal do Pará, mas com um “pezinho” na Antropologia. Fui bolsista de iniciação científica, na pesquisa “Preenchendo lacunas: as experiências da diversidade sexual e de gênero em contextos rurais e interioranos e em situações etnicamente diferenciadas na Amazônia e no Nordeste do Brasil: o direito e os debates sobre sexualidades e gênero na Amazônia”, sob orientação do antropólogo e professor Dr. Fabiano de Souza Gontijo. Essa pesquisa se tornou a minha monografia para a conclusão do curso de Direito na UFPA.

Nessa campo, fui membro do grupo de estudos em Direito à Igualdade e Valorização das Sexualidades (DIVaS), um grupo de discentes da Faculdade de Direito da UFPA. Além disso, participei de mais de uma dezena de eventos, palestras, seminários e congressos sobre as questões que envolvem as sexualidades humanas, em faculdades dentro e fora do estado do Pará.

Não longe dessas discussões, meu interesse por questões envolvendo sexualidades e educação me levou ao encontro do professor, filósofo e antropólogo Dr. Wladirson Ronny da Silva Cardoso. Esse contato ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. Para além da pesquisa acadêmica, ele se tornou meu companheiro de viagem ao interior do Pará e de debates sobre as questões que permeiam este estudo.

Inicialmente, o projeto aprovado para o PPEB-UFPA possuía como foco os debates sobre sexualidade nos planos pedagógicos de escolas em Soure (PA). No entanto, em março de 2020, quando iria iniciar as aulas presenciais no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Federal do Pará, o mundo inteiro foi afetado pela Covid-19, uma doença sem precedentes na história, que já retirou a vida de aproximadamente 5,5 milhões de pessoas ao redor do globo, sendo até o momento mais de 698 mil apenas no Brasil, segundo dados da OMS e Secretarias de Saúde do Brasil (fevereiro de 2023).

A pesquisa, naquele momento, realizou-se em contexto de pandemia, em que escolas e universidades foram fechadas por tempo indeterminado, sendo adotado, posteriormente, o modelo de educação a distância. Cidades inteiras foram isoladas, viagens só estavam autorizadas em casos essenciais. Acesso a bibliotecas e acervos públicos ficou impossibilitado durante a maior parte da pesquisa. Assim, ficou praticamente impossível a realização de algumas atividades planejadas inicialmente no projeto de pesquisa, já que este foi elaborado em um contexto em que não se poderia nem imaginar o que viria.

Em 9 de abril de 2021, acordei com a notícia do falecimento do meu orientador e amigo, vítima de uma doença que já possuía vacina, mas o atual governo se recusou reiteradamente a comprar. Isso adiou o acesso aos imunizantes, provocando a morte de milhares de brasileiros, entre eles, o Prof. Dr. Wladirson Cardoso, que não chegou a ter acesso a nenhuma dose da vacina. Com o falecimento do meu orientador, passei alguns meses sem orientação, até que houve a substituição pela professora Profa. Dra. Vivian Lobato.

A pandemia da Covid-19 afetou a vida, o trabalho, o estudo, as relações sociais e o andamento da pesquisa. Sem aulas presenciais e com dificuldade de acessar os documentos, a maioria deles não disponíveis na internet, ficou ainda mais difícil realizar esta pesquisa. Sempre foi um desafio fazer pesquisa científica no Brasil, principalmente nas ciências humanas. Com uma pandemia, isso se tornou uma missão ainda mais árdua, diante da dor diária de conviver com a morte de pessoas queridas.

Desse modo, todas as limitações impostas pela Covid-19 agravaram ainda mais as dificuldades de realizar pesquisas científicas no campo das ciências humanas, sobretudo em um cenário de crise política e econômica, como o que vivemos atualmente no Brasil, com os cortes em investimentos em educação,

ciência, inovação e tecnologia. Com o agravamento da doença durante o ano de 2020, diversas universidades no Brasil, entre elas, a Universidade Federal do Pará, suspenderam as aulas por tempo indeterminado, só retornando de maneira remota e em caráter não obrigatório no final de 2020.

A universidade perdeu professores e alunos, perdas incalculáveis em produção de conhecimento, como o professor Dr. Wladirson Cardoso, o qual desenvolvia atividades de pesquisa únicas na Amazônia, nos campos da Filosofia, da Antropologia, da Educação e do Direito, sendo professor pesquisador de duas das maiores universidades públicas da Região Norte do país, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade do Estado do Pará (UEPA), onde ocupava o cargo de coordenador do curso de Filosofia.

A pesquisa continuou com a mesma temática, o mesmo objeto e a mesma metodologia até o início de 2022, quando a Profa. Dra. Vivian Lobato optou pela descontinuidade da orientação, por razões pessoais e profissionais. Após essa desistência, o Programa de Pós-Graduação, em reunião do colegiado, decidiu pela indicação do Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha, que, em reunião realizada comigo em março de 2022, deu início às orientações e mudanças no projeto, que finalizei e, neste trabalho, apresento os resultados alcançados.

Com a orientação do Prof. Dr. Genylton Rocha, em razão do trabalho que ele vem realizando sobre o enfrentamento das violências, houve uma mudança no tema, no objeto e na metodologia do estudo. Iniciei, então, a realização desta pesquisa, do tipo Estado do Conhecimento, por meio da qual me propus a mapear e analisar o que vem sendo discutido no âmbito da academia sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola, com foco nas produções de teses e dissertações dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

Como recorte temporal, foi realizada a escolha do período de 2011 a 2021, por dois motivos: o primeiro pelo critério de atualidade dessa produção acadêmica, que resultou nos trabalhos apresentados nesta dissertação; o segundo pelo marco temporal, provocado pela implementação da política pública mais relevante no âmbito da educação brasileira, destacando-se a implementação do projeto Escola Sem Homofobia, que será apresentado mais à frente, mas que resultou em uma série de discussões sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola, sendo o maior projeto de combate à discriminação por orientação sexual e gênero, que previa uma quantidade significativa de ações para coibir esse tipo de violência.

Esta pesquisa possui relevância acadêmica, no sentido de não haver nenhuma produção acadêmica que tenha mapeado as teses e dissertações brasileiras que abordam o enfrentamento à LGBTfobia pela escola. Após buscas, utilizando as palavras-chave – “Enfrentamento”, “LGBTfobia”, “Estado do Conhecimento”, “escola” – e a combinação destas, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não foi encontrada nenhuma tese ou dissertação que realize um mapeamento das produções acadêmicas sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola. No quadro abaixo, apresento o resultado de algumas das minhas buscas nas plataformas virtuais:

**Quadro 1 – Produções acadêmicas realizadas no Brasil no período de 2011 a 2021**

<b>Descritores</b>	<b>Quantitativo de produções</b>
Estado do Conhecimento	444
LGBTfobia	56
Enfrentamento à LGBTfobia	43
LGBTfobia e escola	30

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Com base no quadro acima, foi possível ir reduzindo as buscas, apenas para os trabalhos produzidos entre 2011 e 2021 que tratavam do referido tema, chegando ao resultado de 30 produções acadêmicas, entre 5 teses e 25 dissertações. Após a leitura dos resumos, identificou-se que nenhuma dessas produções possuía como objetivo a elaboração de um Estado do Conhecimento sobre o enfrentamento da LGBTfobia pela escola. Nesse sentido, meu trabalho seria o primeiro a realizar o levantamento sobre o que vem sendo produzido sobre essa temática, no recorte temporal e local realizado.

A relevância social existe no sentido de a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento permitir um panorama sobre o que vem sendo produzido acerca dessa temática tão importante no debate social brasileiro, apresentando quais os direcionamentos das pesquisas realizadas e quais as possíveis lacunas existentes em suas abordagens. A relevância pessoal surge a partir das minhas experiências enquanto estudante LGBT, alvo das inúmeras violências, consequência da LGBTfobia ainda presente na sociedade brasileira.

Esta pesquisa buscou responder à seguinte questão norteadora: qual o Estado do Conhecimento sobre o tema do enfrentamento à LGBTfobia pela escola,

a partir de teses e dissertações produzidas e defendidas em programas de pós-graduação no Brasil, no período de 2011-2021? Com base nessa questão, busquei também responder a outros questionamentos secundários, mas não menos importantes, tais como: quais os objetos de estudo privilegiados nas teses e dissertações produzidas sobre o enfrentamento à LGBTfobia nas escolas, nos programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2011-2021? Quais os aspectos e as dimensões sobre o tema do enfrentamento à LGBTfobia destacados nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2011-2021?

Em razão dessas questões de investigação, o objetivo geral de nossa pesquisa foi o de analisar a produção do conhecimento sobre o tema do enfrentamento à LGBTfobia pela escola, gerado a partir de teses e dissertações produzidas e defendidas em programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2011 a 2021, e disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Entre os objetivos específicos, estão: identificar os objetos de estudo privilegiados nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros acerca do enfrentamento à LGBTfobia pela escola, no período de 2011 a 2021; identificar os objetivos adotados nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros sobre o referido tema; compreender os aspectos e as dimensões destacados nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2011 a 2021, quanto ao enfrentamento à LGBTfobia pela escola.

Este trabalho está organizado em cinco sessões. Concretamente, a primeira seção é a presente introdução, em que se apresenta o tema da pesquisa, define-se e justifica-se o objeto de estudo, bem como a problemática e os objetivos almejados. Na segunda seção, denominada “Os fundamentos da metodologia da pesquisa e o movimento investigativo adotado”, procura-se contextualizar o caráter qualitativo da pesquisa e apresentar os argumentos que justificam a opção pelo tipo de estudo desenvolvido, detalhando os passos seguidos para a elaboração desta investigação.

Na terceira seção, intitulada “O fenômeno da LGBTfobia e o seu enfrentamento pela escola”, são apresentadas as fundamentações teóricas que embasam este trabalho; são também destacados os conceitos que definem esta pesquisa. Nessa sessão, promove-se, ainda, uma breve discussão teórica sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola.

Na quarta seção, chamada “O Estado do Conhecimento sobre o enfrentamento à LGBTfobia em programas de pós-graduação no Brasil (2011 a 2021)”, busca-se apresentar a análise dos dados coletados durante a realização da pesquisa e a discussão sobre eles. Por fim, na quinta e última seção, as considerações finais, são apresentados os resultados obtidos e, de forma sintética, os achados do estudo realizado.

## **2 OS FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA DA PESQUISA E O MOVIMENTO INVESTIGATIVO ADOTADO**

O objetivo desta seção é explicar qual o motivo de realizar uma pesquisa qualitativa, do tipo Estado do Conhecimento, e, principalmente, os movimentos investigativos adotados na realização do estudo. Assim, esta seção busca retratar os caminhos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa, mostrando as metodologias adotadas e o percurso metodológico seguido, tanto para a coleta quanto para a análise dos dados coletados.

No primeiro tópico desta seção, destaca-se a abordagem qualitativa como opção desta pesquisa, com base em Minayo (2009), Triviños (1987) e Bogdan e Biklen (1984). O segundo tópico consiste em apresentar a pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, segundo Morosini e Fernandes (2014). O terceiro tópico desta seção refere-se à Análise de Conteúdo, de acordo com as proposições de Bardin (1979) e Franco (2012).

### **2.1 O uso do método qualitativo na pesquisa em educação**

Este estudo utiliza a abordagem qualitativa, que, segundo Bogdan e Biklen (1984, p. 83), difere-se de outras metodologias das ciências sociais, na medida em que tenta expor aspectos da realidade que não podem ser medidos. Essa investigação concentra sua prática na compreensão e interpretação da dinâmica das conexões sociais, com quase todos os itens qualitativos derivados de experiências. O uso dos métodos qualitativos nesta pesquisa se justificam justamente pelo tipo de abordagem que essa metodologia adota.

Dessa forma, as práticas interpretativas e subjetivas das pesquisas qualitativas, nas ciências humanas, acabam sendo de extrema importância em uma pesquisa como a que procuro realizar neste trabalho, desenvolvendo atividades que buscam contribuir com o avanço do debate sobre o enfrentamento à LGBTfobia. Sendo assim, é necessário definir o que seria uma pesquisa qualitativa. Conforme Triviños (1987, p. 124), há diversas denominações para esse tipo de abordagem, quais sejam:

“estudo de campo”, “estudo qualitativo”, “interacionismo simbólico”, “perspectiva interna”, “interpretativa”, “etnometodologia”, “ecológica”, “descritiva”, “observação participante”, “entrevista qualitativa”, “abordagem

de estudo de caso”, “pesquisa participante”, “pesquisa fenomenológica”, “pesquisa-ação”, “pesquisa naturalista”, “entrevista em profundidade”, “pesquisa qualitativa e fenomenológica”, e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade.

No caso desta pesquisa, tendo como objeto a “A produção do conhecimento no Brasil acerca do enfrentamento à LGBTfobia pela escola, por meio de teses e dissertações produzidas entre 2011 e 2021”, a abordagem qualitativa permite que se realizem estudos aprofundados, possibilitando um panorama amplo de interpretação das realidades. Os estudos qualitativos se firmaram como um meio de investigação no campo da educação, como um tipo único de pesquisa importante para a compreensão do estudo científico em educação, bem como para realizar pesquisas baseadas em fenômenos sociais. Para isso, a pesquisa deve ser feita de maneira ampla, crítica e disciplinada, como nos explica Minayo (2000, p. 36-37):

- a) Disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática — um critério claro de escolha dos textos e autores. Quais serão as chaves temáticas de busca? Serão incluídos somente os textos mais recentes? Serão textos oriundos somente de uma área de conhecimento? Haverá alguma forma de escolha dos autores? Aqueles, por exemplo, que defendem determinada linha de pensamento? Responder a estas perguntas ajuda a definir um certo escopo de pesquisa bibliográfica.
- b) Crítica porque precisamos estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido — uma revisão não pode ser diletante, mas precisa estar atenta à correlação entre os métodos propostos e os resultados encontrados por outros pesquisadores. Desenvolver esta capacidade comparativa e analítica em relação aos outros estudos nos ajuda a melhor delimitar nossa proposta.
- c) Ampla porque deve dar conta do “estado” atual do conhecimento sobre o problema — espera-se que o pesquisador saiba dizer o que é o consenso sobre o assunto em debate e o que é polêmico; o que já é tido como conhecido e o que ainda pouco se sabe. E como se apropriar seletivamente de tantos conhecimentos? Os fichamentos são um bom procedimento, mas, como já dito, devem ter um foco e sempre estabelecer um diálogo com o tema e objeto de estudo desejado.

Assim, os levantamentos de fatos sociais têm uma relevância particular para a compreensão da pesquisa qualitativa em educação, dada a sua relação imediata com os problemas sociais e a sua posição particular entre a narrativa e o estudo científico. Além disso, eles não devem ser planejados na conceituação das questões em debate, mas descrever as ocorrências existentes por meio de conceitos, segundo as características. Os levantamentos são adequados para a abordagem qualitativa porque estão de acordo com o tema que esta pesquisa apresenta.

No ambiente escolar, os fenômenos da LGBTfobia emergem nessa série de eventos, em atividades relacionadas à escola, com o objetivo de demonstrar como desvelar e agir nessa questão. À vista disso, assume-se que a pesquisa pode ser realizada com diferentes abordagens e perspectivas.

Em linhas gerais, num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas. De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

A vinculação dos significados atribuídos pelos sujeitos e seus comportamentos em um contexto específico, bem como a reciprocidade entre pesquisador, pesquisado e meio social em que os fenômenos ocorrem, são essenciais para a compreensão dos fatos investigados. Por isso, é vital passar por essa experiência. Esta pesquisa focaliza um problema no contexto histórico e social, permitindo uma melhor apropriação dos fenômenos examinados, e busca aprofundar a reflexão sobre o processo de pesquisa qualitativa com base empírica.

Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências pelo ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos. (BOGDAN; BIKLEN, 1984, p. 51).

Nesta pesquisa, o referencial metodológico adotado é qualitativo. Busca-se analisar as questões socioculturais que envolvem a LGBTfobia, por meio de um amparo bibliográfico, para promover reflexões com base em estudos e produções acadêmicas (teses e dissertações) no campo da educação. Nesse sentido, este trabalho tenta ser o resultado de um processo crítico de reflexão e diferentes análises sobre a realidade social da LGBTfobia pela escola, a partir de uma ampla concepção de educação, enquanto parte de um processo de construção de identidades e cidadania.

Dessa maneira, parte-se da análise de trabalhos acadêmicos que versam sobre a questão do combate à LGBTfobia pelas escolas, além de textos de pesquisadores da educação e das ciências sociais, com base no amparo bibliográfico que aparece ao final desta dissertação, todos devidamente citados e creditados. Assim, explora-se como as escolas enfrentam a LGBTfobia a partir do que foi produzido pelas universidades brasileiras sobre o tema.

A abordagem subjetiva se preocupa com aspectos da realidade, e não com a representação numérica, ou seja, tenta fazê-la em toda a sua forma abrangente, e não de maneira individual, uma vez que, desta forma, a questão é capturada como parte de uma realidade social.

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser resumido em números e indicadores quantitativo. (MINAYO, 2009, p. 21).

A pesquisa qualitativa tem sua relevância no sentido de proporcionar métodos que permitem ao pesquisador interpretar, de maneira subjetiva, os problemas sociais estudados. Nessa pesquisa, alguns pontos fundamentais são a escolha dos métodos utilizados e a formulação de hipóteses que possibilitem, ao pesquisador, chegar aos objetivos almejados, propiciando a execução das estratégias de investigação na temática abordada. O objeto, no método qualitativo, não pode ser visto como uma variável a ser estudada isoladamente.

Neste ponto, a subjetividade é uma característica fundamental, que permite maior liberdade ao pesquisador para adotar diversas abordagens e possibilidades na mesma temática. Em todas as vertentes da abordagem qualitativa, as interações sociais são imprescindíveis, pois são elas que viabilizam a interpretação da realidade investigada.

A pesquisa qualitativa passou a constituir uma metodologia investigativa solidificada, para responder ao desafio de compreender as perspectivas formativas e formadoras do ser humano, de suas conexões sociais e construções, em suas formas coletivas ou individuais. A utilização da pesquisa qualitativa possibilita as análises subjetivas dos objetos, permitindo um melhor entendimento dos processos

escolares, da aprendizagem, das conexões, das relações sociais, da socialização e da sociabilidade, dos modelos escolares em suas diferentes formas, ensejando mudanças nessas áreas do conhecimento.

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, do/s processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2012, p. 22).

Além disso, a pesquisa qualitativa possui características que a diferenciam da pesquisa quantitativa, cujos fatores podem ser manipulados aos objetivos do pesquisador. Na pesquisa quantitativa, temos um detalhamento mais objetivo dos dados coletados, muitas vezes apresentados de maneira matemática, em gráficos e tabelas, diferentemente da pesquisa qualitativa, que tem uma preocupação maior em apresentar os dados de maneira mais explicativa e construída a partir de uma visão interpretativa do pesquisador.

Segundo Bogdan e Biklen (1984), há cinco características de uma pesquisa qualitativa. O pesquisador mantém o contato direto com o objeto investigado e o contato permanente com a fonte de dados de sua pesquisa. Nada fica entre o pesquisador e o ambiente que está sendo estudado. Os pesquisadores entendem as constantes mudanças da interação humana, por isso, eles precisam “mergulhar” no lócus da pesquisa e na busca de informações. As pesquisas qualitativas descrevem o ser humano em diferentes situações sociais. As informações são reconhecidas como não quantificadas, logo, são recolhidas de palavras, sinais etc., através de gravações, escritos, fotos, transcrições de entrevistas, memorandos e outros tipos de documentos. Mais vital do que o produto é o método.

É o método que descobre os mecanismos gerados, as transações criadas, como certas ideias têm que ser naturalizadas. Ele trabalha com a indução e não afirmação, pois não há teorias construídas anteriormente para serem afirmadas ou negadas pelas informações coletadas. O significado é crucial, a pesquisa considera as diferentes formas e significados da vida.

Assim, esta pesquisa é qualitativa, na medida que essa abordagem me permite analisar o objeto de maneira subjetiva, dando mais liberdade para realizar as inferências próprias desse tipo de pesquisa na temática escolhida. Isso porque, pelo tipo de pesquisa que se escolheu realizar como método de investigação, o Estado

do Conhecimento, trata-se de uma abordagem essencialmente qualitativa, por não se tratar de um estudo que tenha uma proposta de quantificar os resultados alcançados nem construir fenômenos quantificáveis, como descreve Minayo (2002), um estudo exploratório, subjetivista e intuitivo.

Este estudo busca, portanto, seguir os passos metodológicos de uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, dentro do que é proposto por autoras como Morosini e Fernandes (2014), possibilitando entender quais os temas mais frequentemente pesquisados e o que vem avançando no debate sobre a temática do enfrentamento à LGBTfobia pela escola, onde e como essas pesquisas estão sendo realizadas e quais as áreas de interesses dos pesquisadores, além de apresentar as lacunas ainda existentes nesse debate.

## **2.2 A escolha do Estado do Conhecimento como tipo de pesquisa na condução do estudo**

Para Morosini e Fernandes (2014), o Estado do Conhecimento é uma forma de pesquisa bibliográfica, que nos permite aprofundar questões importantes na pesquisa científica, compreendendo como estão sendo realizadas as pesquisas em um determinado campo do conhecimento, diferenciando-se de um Estado da Arte, por ser mais preciso. Logo, a escolha pelo Estado do Conhecimento se justifica justamente pelo seu caráter mais objetivo.

A pesquisa bibliográfica é significativa no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que nos oportuniza conhecer melhor o tema pesquisado. É fundamental que o pesquisador se aproprie do tema da pesquisa e sistematize todo o material encontrado. Ao realizar a pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve analisar, refletir e formular teorias que possibilitem a compreensão do tema estudado. Torna-se essencial que o pesquisador organize os trabalhos encontrados que colaborem no desenvolvimento da investigação. A pesquisa bibliográfica é, sobretudo, o estudo ou levantamento de informações relevantes sobre o objeto de pesquisa.

Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Ademais, o Estado do Conhecimento fornece um quadro amplo e atual das tendências de pesquisa relacionadas ao tema do estudo que se deseja realizar nesta dissertação. Essa metodologia permite acompanhar os acontecimentos atuais sobre o tema da investigação, fornecendo uma visão abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, mais precisamente, para itens a serem investigados. Isso reforça descobertas anteriores ou abre novos caminhos de pesquisa, criando, assim, inúmeras oportunidades para enriquecer o estudo.

Nesse sentido, a construção de um Estado de Conhecimento proporciona um mapeamento das ideias existentes, apresenta certeza sobre a origem do estudo, aponta subtópicos para posterior investigação e é importante em relação ao tema do em discussão.

No meu entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 154).

O objetivo central da produção de um Estado do Conhecimento é construir uma concepção lógica sobre um fenômeno que já vem sendo delineado, buscando trazer reflexões sobre a realidade estudada, para explicar a complexidade do tema e retratá-lo com profundidade.

Então, o Estado do conhecimento é um método bibliográfico de pesquisa qualitativa, o qual viabiliza ao pesquisador se debruçar sobre o que já vem sendo pesquisado a respeito do objeto estudado, buscando sistematizar e avaliar a produção científica realizada sobre a temática, sempre relacionado com a realidade social e os problemas do seu campo de estudo.

[...] Entre seus objetivos, destacam-se: conhecer, sistematizar e avaliar a produção científica da área da Educação na contemporaneidade; elaborar produção textual, apoiada em princípios de estado de conhecimento sobre a temática da tese ou dissertação; subsidiar a construção da dissertação e/ou tese em educação; cultivar habitus científico, visando à prática de pesquisa articulada à realidade; e compreender a produção científica na perspectiva do seu campo. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 154).

Segundo Morosini e Fernandes (2014), as etapas de uma pesquisa do tipo Estado de Conhecimento são:

- Análise de textos sobre produção científica, seus princípios, políticas e condicionantes, na perspectiva nacional (e/ou) internacional;

- Identificação da temática da tese ou da dissertação, com clarificação da pergunta de partida, e das palavras-chave ligadas ao tema;
- Leitura e discussão sobre produção científica no plano teórico e no empírico (teses, dissertações, livros, congressos);
- Identificação de fontes e constituição do corpus de análise.

A partir da constituição do corpus de análise, as fases seguintes deste seminário envolvem:

- Leitura flutuante do corpus de análise para a identificação dos textos;
- Construção da bibliografia anotada e da sistematizada;
- Proposição de possíveis categorias, a partir da análise de conteúdo;
- Redação de texto, seguindo as normas técnicas.

Morosini e Fernandes (2014) destacam que a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento é caracterização, mapeamento, identificação e registro que levam à compreensão de um determinado tema. Esse tipo de pesquisa bibliográfica permite-nos analisar melhor os fenômenos pesquisados.

Nessa perspectiva, Morosini e Fernandes (2014) demonstram que tal metodologia é importante para avaliar as continuidades e descontinuidades hipotéticas e metodológicas, o quanto ela redobra ou progride na geração de saber, para evitar a cristalização da informação e provocar um desenvolvimento consistente e, portanto, um avanço na compreensão da questão do estudo.

Neste entender a construção do estado de conhecimento, como atividade acadêmica busca conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, subsidiar a dissertação e/ou tese em educação, delimitando o tema e ajudando a escolher caminhos metodológicos e elaborar a produção textual para compor a dissertação/tese. (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 71).

Dessa forma, o Estado de Conhecimento dá a possibilidade para uma pesquisa objetiva e detalhada na temática pesquisada. Assim, tal processo proporciona um mapeamento dos temas já existentes, dando-nos segurança e fontes para realização, indicando subtemas, sujeitos a auxiliar a investigação ou, mesmo, fazendo críticas em torno do tema. Ferreira (2002, p. 258) define Estado do Conhecimento como:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em

diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Cumprido dizer que existem autores que não diferenciam Estado da Arte do Estado do Conhecimento. Por isso, esta pesquisa se vincula à abordagem trazida por autores que entendem essa diferença. Não que exista um grau de hierarquia entre esses dois tipos de pesquisa, mas, neste trabalho, a escolha foi pelo entendimento definido por Romanowski e Ens (2006, p. 39-40):

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um “estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento”.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, este trabalho seguiu as seguintes etapas de pesquisa: levantamento bibliográfico e análise dos textos acadêmicos encontrados, buscando de uma relação com a temática trabalhada; e análise de conteúdo sobre os dados coletados. Desse modo, a presente pesquisa buscou construir uma análise subjetiva de trabalhos acadêmicos produzidos acerca do enfrentamento à LGBTfobia pelas escolas no Brasil, voltada para os espaços escolares de formação formal, utilizando-se das perspectivas teórico-metodológicas da Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (1979).

Além disso, este estudo se estrutura com base no tipo de Estado do Conhecimento desenvolvido pelas professoras Morosini, Nascimento e Nez (2021), entendendo como uma pesquisa bibliográfica específica que possui etapas que devem ser seguidas como explicadas a seguir:

O estado de conhecimento estrutura-se nas fases metodológicas a seguir especificadas: escolha das fontes de produção científica (nacional e/ou internacional); seleção dos descritores de busca; organização do corpus de análise: leitura flutuante dos resumos apresentados nos bancos de dados; seleção dos primeiros achados na bibliografia anotada; identificação e seleção de fontes que constituirão a bibliografia sistematizada, ou seja, o

corpus de análise; construção das categorias analíticas do corpus: análise das fontes selecionadas, e organização da bibliografia categorizada, a partir da elaboração das categorias; considerações acerca do campo e do tema de pesquisa, com contribuições do estado de conhecimento para a delimitação e escolha de caminhos que serão utilizados na tese/dissertação. (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 72).

O desenvolvimento desta pesquisa seguiu as seguintes etapas:

A primeira etapa consistiu na revisão da literatura acerca do tema proposto, possibilitando aprofundamento e descoberta de novos autores que já se ocupam desse tema. Isso permitiu a construção da seção teórica deste trabalho e a investigação sobre o debate do enfrentamento à LGBTfobia pela escola.

Na segunda etapa, foi realizado um levantamento de dados, da plataforma virtual do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que consiste na busca por trabalhos acadêmicos que tratem da temática do enfrentamento à LGBTfobia nas escolas, para assim realizar uma leitura dinâmica.

Após a organização dos trabalhos encontrados sobre a temática abordada, foi realizado um trabalho sistemático de análise, a fim de construir a base e elaborar as tabelas, de modo a dar visibilidade aos dados coletados para as análises posteriores. Para se chegar à organização desejada, foi necessário separar cada indicador, como, por exemplo, origem de pesquisa, se mestrado ou doutorado. Em seguida, foi preciso, também, separar cada um dos indicadores por ano, na sequência da descrição sobre o levantamento dos textos de interesse.

Com o fim das etapas de coleta e organização dos dados coletados, foi iniciada a etapa de análise dos conteúdos desses trabalhos, para permitir a elaboração das conclusões possíveis, com base nos dados analisados. Essa análise de conteúdo está embasada no método desenvolvido por Bardin (1979).

Por fim, foi realizada uma conclusão, baseando-se nos dados analisados. Nesta parte, elaborou-se o texto escrito, apresentando o trabalho desenvolvido na pesquisa e quais foram os resultados possíveis.

### **2.3 A adoção da técnica de Análise de Conteúdo para a análise dos dados produzidos pela pesquisa**

Esta pesquisa tem como ponto central a produção acadêmica dos pesquisadores brasileiros em torno do combate à LGBTfobia pela escola. Busca-se trazer tal questão como parte de um debate social com características e

particularidades. A educação e a sociedade estão inerentemente conectadas, fazendo com que a escola tenha seu papel central no debate sobre o enfrentamento a esse tipo de violência e consiga contribuir para a mudança social.

Uma das características do tipo de investigação deste trabalho busca fortalecer a compreensão de que a escola não é um espaço para a coleta e transmissão de informações, mas uma instituição que é parte de uma realidade sócio-histórica, onde seus sujeitos constroem e podem mediar debates sobre as diferentes questões apresentadas no interior ou exterior do ambiente escolar.

Assim, realizei a escolha por pesquisar teses e dissertações que haviam sido produzidas sobre o tema do enfrentamento à LGBTfobia pela escola. Nesse sentido, considerei pesquisar o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao tentar organizar meu problema de pesquisa. De qualquer forma, a escolha para a seleção desses trabalhos foi baseada no modelo de confiabilidade, já que eles estão disponíveis em sites oficiais. Após a coleta dos dados, passei para a etapa de sua análise e, para tal, defini o uso da técnica de Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo fornece estratégias diferentes para o aprimoramento da pesquisa no âmbito científico. Na definição da Análise de Conteúdo, uma questão vital deste método é produzir inferência sobre qualquer um dos componentes essenciais da comunicação – a fonte de transmissão, a alça de codificação que surge em uma mensagem, o localizador da mensagem e do processo de interpretação. Além disso, são os dados que leva o analista a produzir inferências em torno do objeto, traduzindo, de forma mais objetiva, o tema analisado.

[...] o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela (verbal ou escrita), gestual, silenciosa figurativa ou diretamente provoca”. Assim, “as mensagens expressam [...] as elaborações mentais socialmente construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento”. (FRANCO, 2012, p. 12).

A técnica de análise de conteúdo é definida por Bardin (1979, p. 31) como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na técnica de Análise de Conteúdo, é importante realizar inferências, além de traduzir os dados coletados, tornando as informações que eles trazem justificáveis

na pesquisa. Dar sentido aos dados coletados na fase anterior confere legitimidade e relevância à técnica da Análise de Conteúdo (BODGAN; BIKLEN, 1991). É fundamental, ao utilizar essa técnica, destinar um tempo para a realização da organização e sistematização dos dados coletados, além de elaborar considerações iniciais sobre o que está sendo investigado.

Produzir inferências é, pois, la raison d'être da análise de conteúdo. É ela que confere a esse procedimento relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação, puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem (escrita, falada e/ou figurativa) é sem sentido até que seja relacionado a outros dados. (FRANCO, 2012, p. 26).

Triviños (1987, p. 161-162) define as etapas da Análise de Conteúdo da seguinte forma:

1°) A pré-análise é, simplesmente, a organização do material. A leitura geral, que Bardin denomina "flutuante", de todo este material, permitiu aos investigadores, em princípio, três fatos fundamentais: formular os objetivos gerais da pesquisa, as hipóteses amplas da mesma e determinar o corpus da investigação que não é outra coisa que a especificação do campo no qual os pesquisadores deviam fixar sua atenção.

2°) A descrição analítica, a segunda fase do método de análise de conteúdo, começa já na pré-análise, mas nesta etapa, especificamente, o material de documentos que constitui o corpus é submetido a um estudo aprofundado, orientado este, em princípio, pelas hipóteses e referenciais teóricos.

3°) A interpretação referencial, apoiada nos materiais de informação, que se iniciou já na etapa da pré-análise, alcança agora sua maior intensidade. A reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelecem relações, no caso da pesquisa sobre a função, do supervisor, com a realidade educacional e social ampla, aprofundando as conexões das ideias, chegando, se é possível [...], a propostas básicas de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais.

Na próxima seção, apresento algumas categorias teóricas importantes para compreender o objeto proposto, destacando os temas mais relevantes a serem abordados e a partir de quais pontos irei firmar meus posicionamentos teóricos, com base nas correntes existentes, considerando que os debates não se encerram nesta dissertação e há diversas formas de entender as questões tratadas neste texto.

### **3 O FENÔMENO DA LGBTFOBIA E SEU ENFRENTAMENTO PELA ESCOLA**

#### **3.1 Considerações gerais sobre a LGBTfobia e sobre quem estou chamando de população LGBT**

Para entender o que este trabalho debate acerca do que seria LGBTfobia, é importante, inicialmente, apresentar um breve histórico sobre a história da homossexualidade, entendendo que os movimentos LGBTs modernos são uma reelaboração e reapropriação das noções de “homossexual”.

Como nos apresentam Simões e Facchini (2009), as definições surgem, inicialmente, a partir das teorias biomédicas do século XIX, que abriram caminho para o debate sobre a diversidade das sexualidades humanas. Nesse sentido, surgem as definições e terminologias médicas, que posteriormente serão redefinidas pelo moderno movimento LGBT. Ressalta-se que os estudos sexuais do século XIX só trouxeram esclarecimentos para um fenômeno social que, a partir deste século, passou a ganhar as ruas, os bares, os teatros, os consultórios e os tribunais.

O início do ativismo homossexual tem, no século XIX, alguns dos seus primeiros embates públicos em defesa da descriminalização da homossexualidade, principalmente na Europa. Em 1917, temos, com a Revolução Russa, o primeiro país a abolir as leis anti-homossexuais. Depois disso, somente na década de 60 que os movimentos homossexuais norte-americanos passam a ganhar destaque, sobretudo com a Revolta de Stonewall, considerada um marco na luta pelo reconhecimento dos direitos das populações LGBT. Hoje, a data de 28 de junho de 1969 marca as comemorações da luta e das conquistas do movimento LGBT.

A discriminação e todas as formas de violência contra a população LGBT possuem uma forte ligação com as políticas proibicionistas amparadas pelo Estado, com seu surgimento principalmente em discursos fundamentalistas religiosos de grupos cristãos. Essa violência vai se manifestar de diferentes modos, com proibições implícitas e explícitas, com forte apoio político de diversos grupos da sociedade civil.

Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma, outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e

as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Confinado no papel do marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante. (BORRILLO, 2010, p. 13-14).

A LGBTfobia, entendida como ódio ou repulsa a lésbicas, gays, travestis ou outras pessoas que não se enquadram no padrão da heterossexualidade cisgênero, pode se manifestar de diversas formas, como violências físicas, verbais, sexuais, patrimoniais, psicológicas etc. As práticas mais comuns são xingar, ameaçar, amedrontar, intimidar, humilhar, hostilizar, ofender, excluir, difamar, assediar, abusar, gritar, bater, chutar, empurrar, perseguir, violentar, apelidar, furtar ou danificar objetos particulares de pessoas LGBTs. Todas essas manifestações podem encontrar um espaço convidativo na escola para a LGBTfobia.

Quem é a população LGBT? Essa discussão é um debate amplo, que está longe se chegar a uma resposta fácil. Atualmente, objetiva-se a ampliação crescente dessa comunidade e, conseqüentemente, dos grupos que se veem representados nas siglas, que inclui uma diversidade de indivíduos que não se enquadram na norma padrão da heterossexualidade e cisgeneridade. A população LGBT abarca as orientações sexuais (Bi e Homo), as identidades de gênero (trans e não-binárias), as expressões de gênero (Drag e andrógina) e as pessoas que estão fora do sexo biológico macho e fêmea (Intersexuais). Assim, essas quatro categorias constituem em infinidade de coletivos sociais que se identificam entre si, por se identificarem em determinado grau com algum desses grupos.

### **3.2 O termo LGBT e o seu uso no Brasil**

Para se referir à população de homossexuais e bissexuais, tanto masculina quanto feminina, além daqueles que não se identificam com o gênero designado ao nascimento, esta pesquisa optou por utilizar o termo LGBT, por ser o mais utilizado pela literatura e pelo meio acadêmico. Em *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*, Simões e Facchini (2009, p. 15) nos trazem esse debate:

A denominação LGBT aqui usada segue a fórmula recentemente aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Antes disso, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, de 2005, incluiu oficialmente o "B" de bissexuais e convencionou que o "T" referia-se a travestis, transexuais e trans-gêneros. Embora, com a deliberação da I Conferência Nacional, a sigla LGBT venha predominando nos meios ativistas, ela eventualmente assume outras variantes, que invertem a ordem das letras (colocando o "T" à frente do "B"),

duplicam o "T" (para distinguir entre travestis e transexuais, por exemplo) ou acrescentam novas letras que remetem a outras identidades (como "I" de "intersexual" ou "Q" de "Queer").

O movimento, nos últimos anos, vem ampliando a sigla para compreender o número de grupos que foram historicamente invisibilizados e marginalizados por serem quem são. A luta por reconhecimentos de direitos, inclusive o direito à educação, passa por toda sociedade se envolver nessa discussão e respeitar as variações das sexualidades humanas e as suas identidades de gênero. Esta pesquisa assume o compromisso de colocar essas questões em debate, contudo, por motivos metodológicos e pedagógicos, ela utilizará a sigla LGBT. Existem diferentes concepções sobre a sigla e a representação dos grupos, nesse sentido, a versão mais ampla é a apresentada abaixo:

LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais. (...) Como nem todas as pessoas contam pessoas assexuais, arromânticas, intersexo, pan ou poli como "reais" ou como "marginalizadas o suficiente para serem LGBT", é bom deixar explícito que aqui estas identidades são aceitas; por isso que não resumimos a sigla em LGBT ou em LGBT+.

Alternativas inclusivas:

Algumas pessoas utilizam o termo comunidade queer. No entanto, como queer é uma palavra que já foi muito usada com conotação pejorativa e isso pode deixar pessoas traumatizadas com o termo desconfortáveis, não é uma expressão mundialmente aceita. Além disso, o termo é vago, o que faz com que fique fácil de excluir pessoas intersexo, assexuais e arromânticas da comunidade. (ORIENTANDO, 2021, *on-line*).

Como já argumentado, o uso das siglas, na tentativa de incluir cada vez mais grupos e garantir a representatividade desses grupos, ainda está aberto a debates e discussões. Por questões pedagógicas e de estruturação do trabalho, a opção pela sigla LGBT foi a forma que se encontrou de incluir diferentes grupos, além de ser o termo mais encontrado nos trabalhos e textos utilizados nesta pesquisa.

O termo LGBT é possível de ser encontrado em diversos textos positivados, além de muitos trabalhos acadêmicos, como teses, dissertações e artigos científicos, nas mais diversas áreas do conhecimento. Assim, o movimento LGBT, em decisão de 2008, decidiu pelo termo LGBT, como forma de unificar o debate sobre o uso das siglas, sendo ainda hoje a utilização mais comum nos documentos oficiais, permitindo uma padronização para os trabalhos acadêmicos nessa temática.

Em consonância com as discussões da Diretoria da ABGLT, da decisão da Assembleia (05/06/08), órgão máximo da ABGLT, e das determinações da I Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília de 5 a 8 de junho deste ano, a ABGLT recomenda a mudança e utilização da sigla LGBT, em substituição a GLBT, em todas as comunicações feitas por suas afiliadas, a mídia e o governo. Esta mudança se faz necessária no momento para garantir maior visibilidade ao segmento de lésbicas no ativismo brasileiro. Com isso, o movimento no Brasil segue tendências internacionais que priorizam as lésbicas para combater os vários séculos de patriarcalismo e dominação masculina. São exemplos disso a International Lesbian and Gay Association (ILGA), a Lesbian and Gay Foundation, do Reino Unido, e a National Lesbian and Gay Journalists Association, dos Estados Unidos. (ABGLT, 2017).

A partir do entendimento que se tem sobre os conceitos e o uso das siglas, as quais buscam definir os grupos que não se enquadram na norma padrão da heterossexualidade cisgênero, há uma reafirmação dessas identidades e lutas por direitos a partir desses marcadores sociais, como será apresentado a seguir.

### **3.3 Os direitos à educação para a população LGBT**

Um dos marcos legais para a concretização do direito à educação da população LGBT foi o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, de 2007, elaborado pela UNESCO, em parceria com os Ministérios da Justiça e Educação, que estabeleceu diretrizes para uma educação pensada na diversidade sexual e de gênero. Assim, foi possível um debate mais amplo, além de outras ferramentas, como resoluções e portarias, que definiram o que seria uma educação pensada na permanência e continuidade da educação para a população LGBT.

Nos termos já firmados no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, a educação contribui também para:

- b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações. (PNEDH, 2007).

Em 2015, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, produziu a Nota Técnica n.º 32/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, a qual estabeleceu as diretrizes que proporcionaram o livre debate sobre gênero e orientação sexual na educação básica brasileira, evitando possíveis intimidações que possam ocorrer contra professores que fomentem o debate em sala de aula.

Neste contexto, esta Nota Técnica tem por objetivo trazer o escopo legal e a abordagem estabelecida pelas diretrizes educacionais nacionais para subsidiar redes de ensino, escolas e profissionais de educação quanto à pertinência da abordagem de temas relacionados a gênero e orientação sexual na educação básica, respaldando gestores quanto a possíveis tentativas de intimidação. (NT n°32/2015, MEC).

O único programa relevante voltado para a população LGBT no campo da educação foi o Escola Sem Homofobia. Por meio das resoluções e portarias do MEC, como a Portaria n.º 4032 de 24/11/2005/ME – Ministério da Educação, que institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia” no Ministério da Educação, tem-se uma das mais relevantes ações voltadas à população LGBT no âmbito da educação básica. Outro marco é o Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016, o qual dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, posteriormente reafirmado pela Resolução n.º 1, de 19 de janeiro de 2018, que definiu o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

Além disso, existe a Resolução/CD/FNDE n.º 16, de 8 de abril de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para a realização de curso de formação continuada de profissionais da educação básica, bem como para a produção de materiais didático-pedagógicos e paradidáticos voltados à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia. No estado do Pará, o uso do nome social nas escolas públicas é definido pela Portaria n.º 016/2008 SEDUC/PA, a qual determina que todas as escolas da rede pública do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o uso do nome social, em vigor desde 2 de janeiro de 2009.

Todas as normativas citadas foram estabelecidas pelos governos progressistas e democráticos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os Governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, sob a gestão do então Ministro da Educação Fernando Haddad. No estado do Pará, a Portaria n.º 016/2008 SEDUC/PA foi instituída durante o governo de Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, também do PT.

### 3.4 A escola: de lugar de manifestação a lugar de enfrentamento à LGBTfobia

No século XXI, as escolas constituem parte importante do convívio em sociedade e onde se constroem a maioria das relações sociais nos primeiros anos da vida humana. Nesse contexto, torna-se importante compreender como se relaciona o debate sobre sexualidade no ambiente escolar e quais são as perspectivas futuras para esse tipo de discussão. Esse é uma das razões de realizar um Estado do Conhecimento sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola, segundo Maria Rita de Assis César (2009, p. 15):

Se tomarmos como certo o lugar da sexualidade na instituição escolar, é importante que demarcar os temas que envolvem o trabalho na instituição escolar. Pesquisas realizadas com professoras/es e alunas/os vêm demonstrando a necessidade de uma formação específica tendo em vista a diversidade sexual presente no universo escolar. Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido. Assim, um trabalho que adote como princípio a diversidade sexual marca a entrada em um ‘campo epistemológico’ desconhecido, na medida em que a ‘epistemologia’ reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero.

A escola historicamente já possui o “lugar de fala” sobre o debate de sexualidade e gênero, mas geralmente esse debate esteve relacionado à prevenção de DSTs e gravidez na adolescência, a partir de um discurso biologizante das sexualidades. Anteriormente, Foucault (1975) já descrevia as escolas do século XVIII como espaços de dominação da sexualidade e controle dos corpos. Para o filósofo,

o espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios [...] os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1999, p. 30).

É necessário compreender que não é fácil debater sexualidade e gênero no ambiente escolar. A sexualidade está em um conflito entre o público e o privado, entre o que é da esfera íntima e pessoal e o que pode ser entendido na esfera social. Nesse sentido, o debate acerca da sexualidade sofre diversos silenciamentos, principalmente quando se tenta construir uma abordagem não

uniformizadora, ressignificando a sexualidade no ambiente escolar normatizador. Segundo Silva Junior (2011, p. 49),

os obstáculos apresentados pelo pesquisador consistem na ideia de que a escola, como instituição e da forma em que está organizada não permite a aparição desses diversos elementos da cultura no interior dos muros da escola e tenta uniformizá-los, ao ignorar, refrear, paralisar as diferenças e os paradoxos aí postos.

Mesmo com essa problemática, a escola ainda se configura como o espaço onde se apresentam diversas formas de conflitos, incoerências e incertezas, sendo um lugar rico para fomentar esse debate. Foucault (1975), no livro *Vigiar e Punir*, argumenta sobre as questões de controle dos corpos socializados, que podem ser controlados a partir de regras pré-estabelecidas. Nas escolas, assim como nos presídios, o cumprimento de uma série de regras determina o sucesso nesses espaços. A escola estabeleceu uma variedade de normas, na tentativa de formar trabalhadores submissos, que sabem se organizar nesse padrão social instituído. A escola, então, funciona como esse campo de treinamento para criar cidadãos obedientes e que, acima de qualquer coisa, sigam as normas.

A partir do século XVIII, é possível perceber como essa nova forma de organização, em um padrão cada vez mais militarizado, cria um exército de trabalhadores prontos para executarem as tarefas que foram previamente formadas para realizar. Essa padronização não abre espaço para diferenças e individualidades, pois é imprescindível que todos se comportem da mesma forma e sigam os mesmos comandos, desde os uniformes, os rituais religiosos, os comportamentos simbólicos, as punições, a organização das cadeiras até toda a estrutura educacional.

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio, essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem

uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados. (FOUCAULT, 1975, p. 134).

Como tratar dos gêneros e das sexualidades, que se expressam de múltiplas maneiras, em um espaço tão rígido, com tantas normas e regras a serem seguidas? Como professores tratam essas questões em sala de aula, em um plano de ensino definido por órgãos de controle e vigilância, quase que em um sistema inquisitorial? Conforme Foucault (1995), quanto mais controle existe, mais grupos se organizam para furar essa bolha. Não raro, vemos exemplos dessa resistência no espaço escolar. Sobre isso, Foucault argumenta:

Pois, se é verdade que no centro da relação de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelos menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Assim, é inerente a esse sistema que surjam resistências, ou seja, pessoas que não estão satisfeitas com esse modelo e aceitariam entregar suas próprias vidas para insuflar movimentos de resistência contra esse modelo ditatorial, ou que colocariam suas carreiras e seus futuros em risco para abrir uma fenda nessa estrutura patriarcal, elitista, racista, LGBTfóbica e machista, que nos impede de ser quem realmente queremos ser, ou podemos ser.

Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 91).

Na próxima seção, apresento os dados da pesquisa, suas análises e as conclusões que podemos chegar a partir dos dados coletados. São apresentados alguns dados, organizados em tabelas.

#### 4 O CONHECIMENTO PRODUZIDO NO BRASIL ENTRE 2021 E 2022 SOBRE O ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA PELA ESCOLA

Nesta seção, são expostos os resultados da coleta de dados realizada para a pesquisa, apresentando os trabalhos encontrados e considerados relevantes sobre o tema estudado. Realizo a análise de conteúdo e, por fim, faço algumas considerações em relação às questões mais pertinentes a serem discutidas.

Os trabalhos apresentados passaram por um processo de seleção, objetivando a escolha dos trabalhos mais expressivos acerca da temática do enfrentamento à LGBTfobia, que tivessem como tema central esse debate, abordando as diversas perspectivas que tal assunto provoca. Assim, realizo um mapeamento e apresento gráficos que facilitam a apresentação dos resultados.

O quadro abaixo apresenta a relação desses trabalhos, destacando seus autores, o ano de realização, a instituição em que foi realizada a pesquisa, o tipo de trabalho realizado e sua temática abordada. Este quadro foi elaborado com base na coleta de dados realizada durante o ano de 2022, na plataforma da CAPES, na seção do Catálogo de Teses e Dissertações.

**Quadro 2** – Teses e dissertações produzidas no Brasil, entre 2011 e 2021, que tratam do enfrentamento à LGBTfobia pela escola

<b>Autor</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Tema</b>	<b>Ano</b>
FILIPE ANTONIO FERREIRA DA SILVA	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega.	2019
LUIZETE PEREIRA DE CARVALHO	Universidade do Grande Rio	Dissertação	Diversidade de gênero na escola: Documentando Histórias de Vida.	2019
DHONES STALBERT NUNES SILVA	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	Os docentes do ensino médio entre: as resistências e estratégias das temáticas de educação, gênero e sexualidade na cidade de Caruaru.	2021
ANTONIO MATEUS PONTES COSTA	Universidade Federal do Amapá	Dissertação	Pedagogia decolonial e arte educação: transgressões e enfrentamento da LGBTfobia na educação.	2021

RAMON FERNANDES RAMOS	UNILAB	Dissertação	Marcas da LGBTfobia na escola: análise de histórias orais de alunos/as LGBTT em uma escola da periferia de Fortaleza.	2019
ROSELAINE DIAS DA SILVA	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Dissertação	Vozes de estudantes do ensino médio sobre a LGBTfobia em uma escola estadual em Campo Grande, MS.	2019
EMERSON SILVA SANTOS	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar.	2018
ANDRE NOGUEIRA ALVES	Universidade Federal de Pelotas	Tese	Entre o silenciamento naturalizado e o eco escolar da comunidade LGBTQ+: a emergência da existência/resistência do NUGED – IFSUL	2019
EVERTON RIBEIRO	Universidade Federal do Paraná	Tese	Não é “mimimi” ou a experiência do drama na formação docente: os sulcos da violência recôndita contra estudantes LGBT.	2019
CAMILA DE LOURDES CAVALCANTI PAIVA	Universidade Federal da Paraíba	Dissertação	A configuração didática das práticas pedagógicas de professores/as da EJA em combate à LGBTfobia.	2021
CLEVERSON DE OLIVEIRA DOMINGOS	Universidade de Brasília	Dissertação	Ativismo institucional nas políticas públicas para educação em gênero e sexualidade no distrito federal.	2021
THIAGO FERREIRA ABREU	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação	Ser ou não ser, afinal o que se é? Um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da LGBTfobia Institucionalizada.	2021
MARCIO DA SILVA LIMA	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	Políticas de educação que tratam de gênero e sexualidades na América Latina: Um Estudo sobre Brasil e Uruguai.	2016
IGOR FELIPE BERGAMASCHI	Centro Universitário	Dissertação	A diversidade sexual e o controle do estado: limites da intervenção estatal	2018

	Autônomo do Brasil		nas questões de liberdade sexual no contexto escolar.	
MARIA JULIETA CORREIA JACOB DURA O	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	“SOMOS TODOS E TODAS DIFERENTES NUMA SOCIEDADE DE IGUAIS”: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco.	2017
RACHEL LUIZA PULCINO DE ABREU	PUC-RIO	Tese	“É algo socialmente construído”: gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes.	2019
WELMA CRISTINA BARBOSA MAFRA	Universidade Federal do Pará – UFPA	Dissertação	Memórias de escolarização de jovens militantes do movimento LGBTs em Belém/PA	2019
DANIELLA ROCHA BITENCOURT	Universidade do Estado do Pará – UEPA.	Dissertação	Relação de gênero na formação de professores(as) de educação física: entre o Binarismo e a Equidade.	2019
SILVANE LOPES CHAVES	Universidade Federal do Pará – UFPA	Dissertação	Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação.	2015
THIAGO AUGUSTO DE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	Universidade Federal do Pará – UFPA	Dissertação	Práticas de gênero e sexualidade: a produção discursiva sobre o/a professor/a homossexual na docência primária.	2012
FRANCISCO EDNARDO BARROSO DUARTE	Universidade Federal do Pará – UFPA	Tese	As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida.	2015
MARCOS VINÍCIUS LOBO FERREIRA	Universidade Federal do Pará – UFPA	Dissertação	Homoparentalidade e a escola básica: narrativas de um currículo da diferença.	2019
MAYANNE ADRIANE CARDOSO DE SOUZA	Universidade do Estado do Pará – UEPA.	Dissertação	Transgeneridade e Heteronormatividade na escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas.	2019
GERLÂNDIA DE CASTRO SILVA	Universidade Federal do Pará – UFPA	Dissertação	Performatividade homoerótica em práticas discursivas docentes.	2014

JARDINELIO REIS DA SILVA	Universidade do Estado do Pará – UEPA.	Dissertação	Professor gay e professora lésbica; um estudo sobre homofobia na docência.	2019
MARIANA MERIQUE RODRIGUES	Universidade Federal de Tocantins	Dissertação	Homofobia velada e sexismo consentido: desafios e possibilidades do GDE na educação básica no Tocantins.	2015
SANDRA KARINA BARBOSA MENDES	Universidade Federal do Pará – UFPA	Tese	Diferentes, porém iguais: o acontecimento do combate a homofobia no currículo do projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE)	2016
KHRYSALIS PIRES DE CASTRO	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS	Dissertação	Cartas de uma professora de educação física: concepções e representações de corpos, gêneros e sexualidades nas práticas docentes.	2021
RAFAELA COTTA LEONARDO	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ	Dissertação	Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar: tecendo problematizações com docentes da educação básica e pública do município do rio de janeiro e do município de Nova Iguaçu.	2018
BRUNO COSTA LIMA ROSSATO	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ	Dissertação	Aprendizagens de gênero- sexualidade na/com a educação infantil: apontamentos para pensar os currículos.	2017

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

#### 4.1 Tipo de trabalho acadêmico

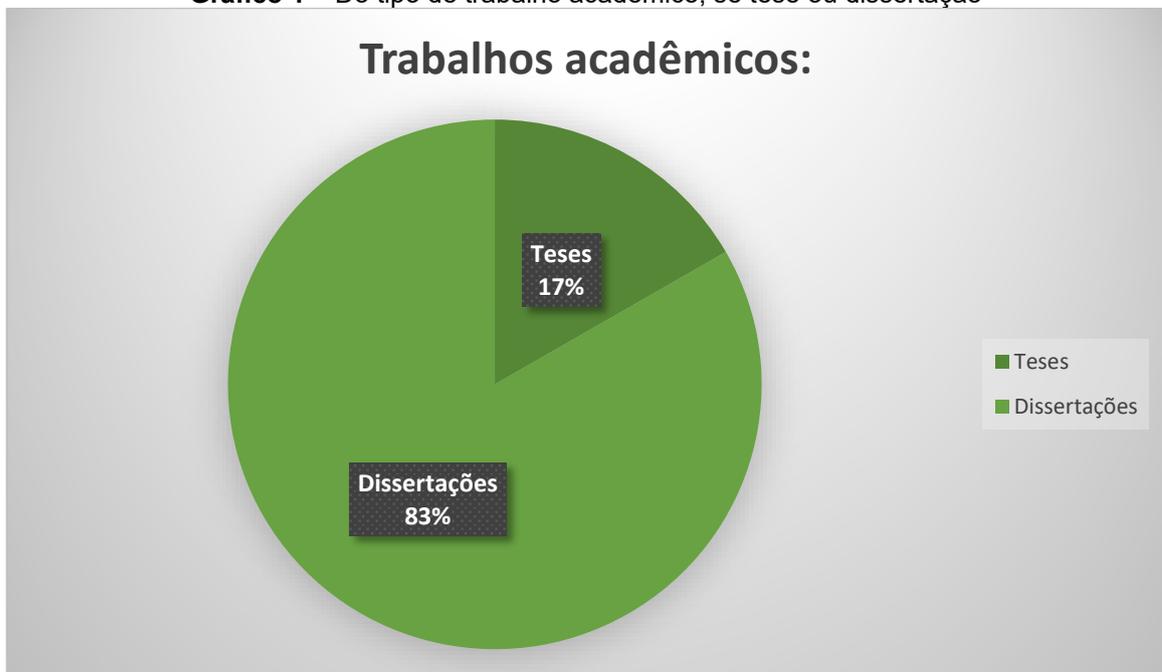
Após o levantamento dos dados, os trabalhos apresentados foram divididos entre 25 dissertações e 5 teses, como exposto no gráfico abaixo. Essa diferença demonstra claramente um fato: a existência de mais vagas em cursos de mestrado do que doutorado. Segundo dados do Ministério da Educação<sup>1</sup>, o Brasil conta com 120.000 alunos de pós-graduação, sendo 80.000 no mestrado e 40.000 no

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Número de pós-graduandos cresce no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

doutorado. Há o dobro de vagas nos programas de pós-graduação para mestrado. Isso significa que, pelo menos, metade dos mestrandos não dão continuidade às pesquisas para um possível doutorado, o que ainda não justificaria os dados encontrados, em que teses sobre o enfrentamento à LGBTfobia representam apenas 1/5 dos trabalhos produzidos sobre esse tema.

Destaca-se ainda que, nos últimos anos, o aumento das vagas em programas de pós-graduação possibilitou a existência da maioria desses trabalhos, tendo em vista que o Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEduc/UFPE e o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB/UFPA são recentes.

**Gráfico 1** – Do tipo de trabalho acadêmico, se tese ou dissertação



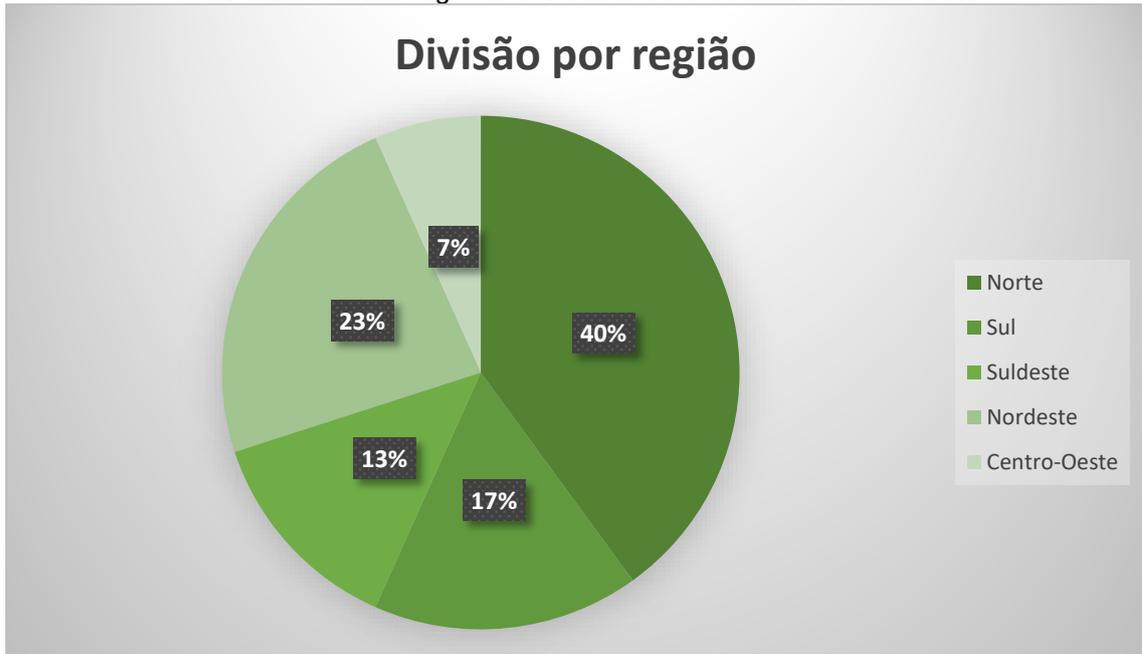
Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

## 4.2 Divisão por região

Diferentes de outras temáticas pesquisadas, as pesquisas sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola aparece com maior presença em estudos nas Regiões Norte e Nordeste (60%), no período entre 2011 e 2021, fruto dos trabalhos realizados principalmente pelos programas de pós-graduação da UFPA e UFPE, com destaque para o Programa de Pós-Graduação em Educação

Contemporânea – PPGEduc/UFPE e o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB/UFPA.<sup>2</sup> Mesmo com a predominância de programas de pós-graduação nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, essa área de interesse se mostra mais abrangente nas Regiões Norte e Nordeste, em decorrência das pesquisas realizadas pelos programas destacados nesta dissertação.

**Gráfico 2 – Divisão regional dos trabalhos acadêmicos encontrados**



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

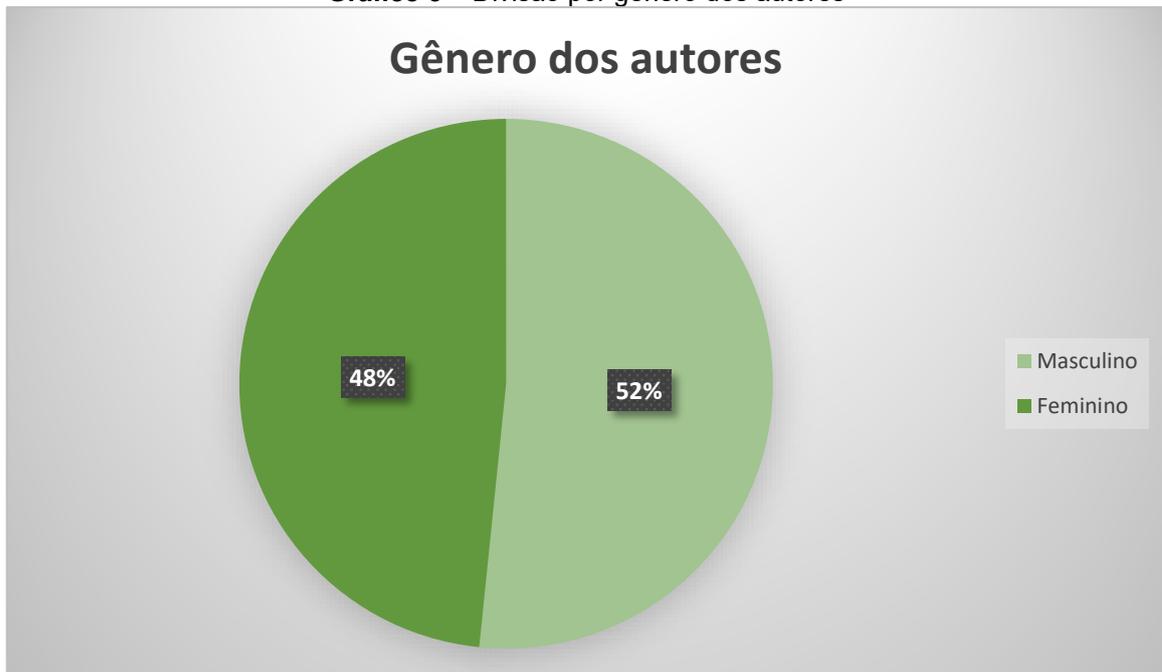
### 4.3 Divisão por gênero dos autores

Essa divisão por gênero, encontrada em muitos trabalhos de mapeamento, para identificar a preferência de um determinado gênero pelo tema pesquisado, na maioria das vezes, é realizada pelo nome dos pesquisadores, comumente entendidos como masculinos e femininos, já que a maioria dos bancos e repositórios das universidades e dos órgãos oficiais não identifica o gênero dos autores dos trabalhos realizados.

<sup>2</sup> Neste ponto, destaca-se o E-book *Produção de conhecimento sobre interculturalidade e educação*, organizado pelas professoras Ivanilde Oliveira, Jocyléia Santana e Claudianny Noronha, que realizaram um Estado do Conhecimento nas universidades das Regiões Norte e Nordeste sobre temáticas de Interculturalidade e Educação, com contribuição do professor José Damião Rocha Trindade para o tópico sobre sexualidade, gênero e educação. O professor Damião Trindade esteve presente na banca de qualificação deste trabalho, realizando a indicação deste E-book, que foi uma grande contribuição no sentido de enfoque dos trabalhos realizados nas Regiões Norte e Nordeste, diante da falta de dados, principalmente de universidade estaduais.

Nesse caso, utilizando apenas essa metodologia, é possível identificar uma paridade entre os trabalhos encontrados, com uma pequena distinção: 16 trabalhos realizados por homens x 14 trabalhos realizados por mulheres. Essa metodologia ainda é questionável, tendo em vista a existência de nomes neutros, que podem ser utilizados tanto pelo sexo masculino quanto feminino, bem como nomes em diversos idiomas, em alguns casos, sendo impossível identificar o gênero apenas pelo nome próprio dos autores. Um exemplo é o nome “Khrysalis”.

**Gráfico 3 – Divisão por gênero dos autores**



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Dados retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

#### **4.4 Análise de conteúdo das teses e dissertações**

Nesta seção, realizarei a análise de conteúdo das teses e dissertações encontradas. Organizarei também as discussões, apresentando os principais apontamentos das pesquisas, os resultados alcançados, como as pesquisas foram desenvolvidas e quais os principais debates realizados.

A exposição dos trabalhos apresentados segue uma ordem lógica, a partir de subtemas abordados nas teses e dissertações produzidas sobre o enfrentamento à LGBTfobia pela escola, entendendo que a LGBTfobia na escola passa por diversos temas transversais, que afetam diretamente o debate apresentado nesta pesquisa.

Entre os subtemas, destacam-se a violência sofrida por professores, a falta de formação de docentes e equipe pedagógica acerca do combate à LGBTfobia, a falta de ações dos agentes públicos para lidar com esse tipo de violência e as questões que envolvem o acesso da população transsexual ao direito à educação.

Na dissertação produzida por Felipe Silva (2019) para o Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEduc/UFPE, intitulada “Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega”, procura-se debater quem são os agentes na escola que atuam no enfrentamento à LGBTfobia, quem são os que sofrem com essa violência e como esses agentes atuam nesses casos. O autor aponta o silenciamento por parte dos professores sobre casos recorrentes de LGBTfobia, inclusive o reforço por parte de alguns desses profissionais quanto aos discursos e às práticas LGBTfóbicas. Contudo, Silva (2019), em sua dissertação, afirma que a atuação da escola pode ser contrária, de enfrentamento, e evidencia relatos de casos em que a escola atua no combate a essas violências. Por fim, o autor ressalta a cobrança dos profissionais da educação em relação à formação para lidar com essas questões na escola:

Nossos resultados evidenciam que os principais consensos nas escolas em relação a temática da diversidade sexual ocorrem por meio do compromisso dos/as professores/as em pautar, em suas disciplinas, as questões referentes a gênero e sexualidade, de forma que as identidades LGBTs que permeiam a escola sintam-se seguras e valorizadas. A gestão das escolas tem em sua atuação o compromisso em fortalecer as identidades não-heterossexuais que habitam o cenário escolar por meio do incentivo ao respeito e ao diálogo. Já os dissensos que surgem no cotidiano escolar, segundo os professores/as, indicam que a LGBTfobia é uma ameaça e uma violência que deve ser combatida, mas indicam que alguns professores/as, em situações recorrentes, não agem de forma justa para combater tal violência. Ambos os atores sociais dessa pesquisa afirmam ter a necessidade de formações sobre diversidade sexual e enfrentamento da LGBTfobia, dessa forma, poderão estar mais seguros para qualquer possibilidade ou patrulha ideológica conservadora que nega o debate da diversidade sexual e o enfrentamento da LGBTfobia nas escolas. (SILVA, 2019, p. 8).

A dissertação produzida por Luziete Carvalho (2019) para o Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências – PPEC/Unigranrio, denominada “Diversidade de gênero na escola: Documentando Histórias de Vida”, vem no mesmo sentido do trabalho de Silva, alertando para falta de formação docente para o enfrentamento à LGBTfobia pela escola. O texto alerta sobre as práticas discriminatórias no ambiente escolar e sobre como os professores lidam com essa

questão diante da falta de conhecimento em relação aos diversos temas envolvendo os gêneros e as sexualidades humanas.

Sabemos que a LGBTfobia é uma realidade em nossas escolas e a falta de conhecimento e formação específica sobre o assunto dificulta o combate as práticas discriminatórias. Alunos/as e professores/as sofrem com a LGBTfobia, que provoca sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, chegando até a evasão escolar. A LGBTfobia pode nos dizer que tipo de sociedade nós estamos desenvolvendo em nossas escolas e a escola é uma instituição que tem como função a formação do cidadão para que se inicie a discussão sobre a diversidade de gênero e o preconceito. (CARVALHO, 2019, p. 11).

Antônio Costa (2021), do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UNIFAP, em sua dissertação “Pedagogia decolonial e arte educação: transgressões e enfrentamento da LGBTfobia na educação”, entende a LGBTfobia como parte do processo colonizador, que se fundamenta na dominação e subjugação dos corpos LGBTs. De acordo com o autor, a LGBTfobia se manifesta na manutenção de uma ordem dominante, propondo a Decolonialidade como parte de um processo de libertação da norma vigente e de enfrentamento à LGBTfobia pela escola, em práticas pedagógicas, principalmente na Arte-educação, que busquem combater essa violência.

Portanto, alinhados à Decolonialidade e à Arte Educação, buscaremos compreender quais as possibilidades pedagógicas, alinhadas à Decolonialidade, que podem ser visualizadas na arte educação de forma a ocasionar enfrentamentos à LGBTfobia?. Assim, temos como objetivo geral identificar, a partir de arte educadores da rede estadual de ensino do Amapá, possibilidades pedagógicas que ocasionem o enfrentamento à LGBTfobia. Na perspectiva teórica da dissertação abordamos a seguinte base teórica: a Decolonialidade como uma epistemologia de libertação. Os apontamentos da Pedagogia Decolonial como o desdobramento no campo da educação de uma perspectiva dialógica de ruptura das opressões colonialistas. Arte Educação de maneira histórica e a compreendendo pelo viés decolonial. E, por fim, os apontamentos sobre LGBTfobia como sendo uma marca da colonização. No caminho metodológico escolhemos a abordagem qualitativa e como técnica de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas que foram realizadas de maneira virtual com Professores de Artes da rede pública estadual de ensino do Amapá. (COSTA, 2021, p. 8).

Ramon Ramos (2019), do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades/UNILAB, em sua dissertação intitulada “Marcas da LGBTfobia na escola: análise de histórias orais de alunos/as LGTBTT em uma escola da periferia de Fortaleza”, debate acerca dos resultados da violência sofrida pelos LGBTs no ambiente escolar. Ele discorre sobre os resultados dessas violências, usando como

exemplo a evasão escolar e os baixos resultados de alunos LGBTs, não apenas realizando sua análise com base em dados, mas nas vivências e experiências desses alunos:

As vítimas de violências LGBTfóbicas, nesse contexto, são silenciadas e muitas vezes impedidas de compreender a própria realidade. Dessa forma, a principal marca que a LGBTfobia corrobora, ou seja, a exclusão de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros, acaba sendo desviada ou mascarada por questões como o desinteresse ou a inaptidão do(a)s aluno(a)s LGBTs. Os resultados da pesquisa permitem, então, observar, para além das estatísticas genéricas de evasão e fracasso escolar, aspectos e nuances que o(a)s estudantes LGBTs especificamente enfrentam dentro da escola pesquisada, pelo simples fato de serem sujeito(a)s cujas identidades e orientações sexuais destoam dos padrões heteronormativos de nossa sociedade. (RAMOS; RAMON, 2019, p. 9).

O foco do trabalho de Emerson Santos (2018), do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEduc/UFPE, em sua pesquisa “(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar”, foi a atuação da gestão escolar no enfrentamento à LGBTfobia e quais são os empecilhos no combate a essa violência. O autor evidencia que a gestão escolar tem uma baixa atuação no combate a esse tipo de violência e, muitas vezes, as atividades, nesse sentido, ficam a cargo de professores sensibilizados com a causa, que realizam ações individuais de pouco impacto no ambiente escolar, devido à falta de atuação da gestão.

Nossa pesquisa acabou evidenciando que isso tem um rebatimento direto na atuação dos/as gestores/as escolares que mostraram ter grande dificuldade de compreensão sobre as questões de diversidade sexual e identidade de gênero, resultando também no baixo envolvimento da gestão escolar na promoção de ações com vistas ao combate à LGBTfobia na escola e repasse de orientação inadequadas aos/as professores/as. Ao mesmo tempo, também foi possível perceber algumas estratégias da gestão escolar no enfrentamento à LGBTfobia, bem como as dificuldades enfrentadas por gestores/as escolares da Rede Estadual de Ensino que não contam com o apoio da Secretaria de Educação de Pernambuco no que se refere ao combate à violência LGBTfóbica nas escolas. Assim, concluímos que as questões de diversidade sexual e identidade de gênero podem ocupar um lugar de desconhecimento, tensionamento, instabilidade e silenciamento na gestão escolar. (SANTOS, 2018, p. 13).

André Nogueira (2020), do Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPEL, em sua tese “Entre o silenciamento naturalizado e o eco escolar da comunidade LGBTQ+: a emergência da existência/resistência do NUGED – IFSUL”, debate uma questão fundamental no enfrentamento à LGBTfobia: o silenciamento. Um silêncio

conivente, que reforça estereótipos e paradigmas incapazes de ser rompidos sem um profundo debate sobre essas questões no ambiente escolar. Nogueira se utiliza do exemplo de um grupo de debates para construir sua tese sobre as ações de combate à LGBTfobia em uma escola pública de Pelotas, no Rio Grande do Sul. O resultado de sua pesquisa apresenta como o silenciamento sobre essas violências produz mais vítimas:

O campo teórico deste trabalho tem por base a Linguística Aplicada Indisciplinar, a Teoria Queer, os Estudos da Diferença, o Currículo e estudos da narrativa, os quais permitem o atravessamento de fronteiras em uma posição reflexiva em relação à materialidade linguística apresentada nas entrevistas narrativas, cujo conteúdo temático transitou de discursos de discriminação, discursos de intolerância, tendo por resultado a LGBTfobia em relação à existência LGBTQ+ a discursos de visibilidade e representatividade LGBTQ+ em um espaço escolar delimitado: IFSul Câmpus Pelotas. O não falar da instituição sobre pessoas LGBTQ+ leva esse grupo a uma categoria de silêncio e o coloca em um currículo oculto. As ações do núcleo contribuem para que vidas de estudantes LGBTQ+ sejam incluídas e deixem o estigma da precariedade. (NOGUEIRA, 2020, p. 21).

Assim como no trabalho de Nogueira, o debate produzido pela tese de Everton Ribeiro (2019), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPR, intitulada “Não é “mimimi” ou a experiência do drama na formação docente: os sulcos da violência recôndita contra estudantes LGBT”, aborda esse silenciamento conivente, que reforça a atuação de agentes reprodutores da LGBTfobia na escola. O autor utiliza exemplos das práticas esportivas escolares, que corroboram um argumento em defesa da masculinidade e da heterossexualidade compulsória:

No entanto, não me recordo em nenhum momento, ao longo de minha formação cidadã - entre 1993 e 2003 algum docente na classe abordar qualquer assunto referente à diversidade, à diferença ou à sexualidade que, fique bem claro, não estou falando de reprodução humana. Talvez eu não me lembre porque nunca tenha sido dito. No entanto, a discriminação sempre esteve lá latente e pulsante. E com ela o silêncio conivente de professoras e professores: sem mediação, sem diálogo, sem intervenção. Da discriminação me lembro bem: das piadas racistas que muitos colegas negros ouviam diariamente; dos apelidos ofensivos que recebíamos por alguma característica física; da segregação das atividades físicas por gênero - nunca fui bom em futebol, mas jogava bem vôlei; da homofobia que esteve presente todos os dias em minha formação. Pelo meu tom de voz, pela minha afinidade maior com as meninas, pela minha letra desenhada, pelo uso de canetas coloridas, pelos adesivos, decalques, capricho, organização. Enfim, por todas as características tidas como ‘naturalmente’ femininas. (RIBEIRO, 2019, p. 26).

Tal como Everton Ribeiro, Khrysalis Castro (2021), do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UERGS, em sua dissertação “Cartas de uma professora de educação física: concepções e representações de corpos, gêneros e sexualidades nas práticas docentes”, argumenta como as práticas esportivas na escola são utilizadas para reforçar padrões heteronormativos, e como cabe aos professores repensar e reconstruir esses modelos pré-definidos em suas práticas docentes, para minimizar os efeitos da homofobia no ambiente escolar.

Nas reflexões realizadas, a partir das escritas, foi possível considerar que as aulas de Educação Física escolar se constituem mais um espaço dentro da escola que reforçam noções hegemônicas de corpos, gêneros e sexualidades, dado a sua constituição a partir de diversos discursos, pautados pela heteronormatividade. Cabe a nós professores e professoras repensar o que estamos ensinando, para quem/que estamos ensinando e buscar não reforçar esses estereótipos e representações que condicionam os sujeitos as identidades de gêneros e sexualidades. (CASTRO, 2021, p. 14).

Camila Paiva (2021), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB, em sua dissertação “A configuração didática das práticas pedagógicas de professores/as da EJA em combate à LGBTfobia”, discute a respeito das práticas ainda tradicionais e conservadoras das escolas, as quais fortalecem estereótipos binários sobre a sexualidade e o gênero, e como esses debates acabam sendo resumidos às disciplinas das ciências biológicas e no reforço ao combate às DSTs, principalmente a AIDS.

Na análise dos dados, os discursos dos/as professores/as sobre o seu papel e o da escola integram um discurso maior que se justifica na manutenção de uma educação tradicional, que enxerga o/a aluno/a como um depósito, o/a qual receberá os conhecimentos possuídos pelo/a professor/a, e ainda, se constitui na ideia heteronormativa de que os assuntos relacionados ao combate a LGBTfobia se resumem em trabalhar as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), dentre elas a AIDS, ou as diferenças dentro de uma lógica binária dos sexos masculino e feminino, o que limita os trabalhos da temática do combate a LGBTfobia às aulas da disciplina de ciências. (PAIVA, 2021, p. 7).

A pesquisa de Thiago Abreu (2021), do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências/UFRGS, denominada “Ser ou não ser, afinal o que se é? Um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da LGBTfobia Institucionalizada”, debate o uso biologizante das questões sexuais nas escolas, a partir de uma visão cientificista e conservadora. Frequentemente, os debates sobre as questões de gênero e sexualidade parecem

estar voltados apenas às questões biológicas, sendo que muitas definições não possuem caráter biológico, mas social e cultural.

Geralmente, as discussões em relação à sexualidade e ao gênero se resumem às disciplinas biologizantes, o que, no estudo realizado por Abreu (2021), parece não satisfazer os debates sobre essas questões, tendo em vista a própria limitação dos docentes dessas disciplinas no conteúdo sobre a diversidade sexual. Isso, muitas vezes, pode servir como reforçador de práticas discriminatórias.

Atualmente estão ocorrendo problematizações quanto à subjetivação dos sujeitos diante à orientação sexual e as diversas identidades de gênero existentes. Entretanto, a heteronormatividade ainda é utilizada como um fator determinante no ensino de Ciências e Biologia. Um dos fatores contribuintes para que a prática docente permeia dessa forma é a biologia essencialista, que normatiza e reduz todas as relações e as identidades ao masculino (homem) e ao feminino (mulher), todos em padrões cisgêneros. Para essa teoria, apenas dessa maneira os sujeitos são considerados normais ou aceitos na sociedade. A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar o conhecimento de professores de Ciências e Biologia sobre diversidade sexual e identidade de gênero em duas escolas municipais e três escolas estaduais na cidade de Pelotas/RS, descrever os conhecimentos, atitudes e práticas dos professores de ciências e biologia quanto à temática, investigar de que forma a educação sexual é trabalhada pelos professores/as nas unidades de ensino de Pelotas/RS e identificar a presença e utilização de materiais didático pedagógicos que dialoguem com o tema orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. (ABREU, 2021, p. 6).

Bruno Rossato (2017), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UERJ, em sua dissertação intitulada “Aprendizagens de gênero-sexualidade na/com a educação infantil: apontamentos para pensar os currículos”, leva sua preocupação sobre a LGBTfobia à primeira infância no ambiente escolar e como esses padrões de gênero e sexualidade são reforçados pela escola, produzindo os corpos socializados estudados por Foucault (1975):

Partimos das nossas memórias de escola, como aluno e como professor, para apresentar as inquietações que impulsionam a reflexão sobre as normas, os estereótipos, os padrões e as expectativas de gênero, que visam a heteronormatividade e que buscam se inscrever nos corpos, produzindo subjetividades que correspondam às expectativas sociais. Como pressuposto, essa pesquisa pensa o corpo e seus trânsitos escolares, entendendo a experiência infantil como algo que, embora seja forjada na contingência das normas estabelecidas, atravessa e transborda as fronteiras do instituído. (ROSSATO, 2017, p. 8).

Rafaela Leonardo (2018), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UERJ, em sua dissertação “Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar: tecendo problematizações com docentes da educação básica e

pública do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu”, destaca que o cotidiano escolar reproduz muitos aspectos fundamentalistas de grupos religiosos, o que acaba sendo um entrave no enfrentamento à LGBTfobia. A autora utiliza como exemplo os casos do “Kit-Gay” (Escola Sem Homofobia) e o Escola Sem Partido, os quais acabam atendendo diretamente à agenda dos grupos fundamentalistas cristãos que atuam na educação.

Este trabalho analisa algumas das disputas em relação às questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, notadamente aquelas mobilizadas através de discursos fundamentalistas e conservadores forjadas no jogo enunciativo da Ideologia de Gênero. Assim, pude acompanhar os efeitos dos discursos contemporâneos que produzem entraves nas problematizações no cotidiano da escola, analisando e compondo uma narrativa que se atenta para as resistências criadas por docentes no que diz respeito a gênero e sexualidade. (LEONARDO, 2018, p. 9).

A tese de Sandra Mendes (2016), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPa, intitulada “Diferentes, porém iguais: o acontecimento do combate a homofobia no currículo do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)”, trata dos trabalhos produzidos pelo Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, evidenciando como essa ação foi importante no combate à homofobia no ambiente escolar, justamente por produzir o debate sobre as questões envolvendo a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, o SPE ao acionar o respeito à diversidade e a valorização da diferença como uma das estratégias para o combate à homofobia vinculou a diversidade sexual à uma essência da natureza humana e desenhou a diferença como uma marca que identifica aqueles que vivem a sexualidade fora dos padrões heteronormativos – isto é, aqueles que tem um ‘comportamento sexual diferenciado’. Foi possível perceber, então, a forja de dois tipos de subjetividades, aquela onde o sujeito que não é LGBT precisa reconhecer e respeitar a diferença que está em quem é LGBT, não a tomando como base para expressar qualquer tipo de preconceito; e aquela onde quem é LGBT deve se ver como portador de uma diferença que o coloca em situação especial em relação à violação de seus direitos e ao contágio de doenças, sobretudo as DST e aids. (MENDES, 2016, p. 16).

Francisco Duarte (2015), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPa, em sua tese “As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida”, aponta como a escola brasileira ainda se constitui como um espaço de diversas violências, não só de LGBTfobia, mas de racismo, machismo

etc., em que todas se relacionam entre si, além de coibir qualquer prática dissidente nesses casos.

No entanto, não são apenas as mulheres que são tratadas de forma excludente nos currículos escolares, mas também outras categorias que divergem do padrão hierarquicamente cristão, branco, europeu, classe-média, machista e heterossexual como é o caso dos sujeitos que se enquadram na categoria LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Assim, não resta dúvida que a escola brasileira ainda vê de soslaio qualquer tentativa de livre expressão dos indivíduos pertencentes a este grupo. Atitudes assim só reforçam o preconceito e autorizam direta ou indiretamente os mais diferentes tipos de violências cada vez mais comuns nas escolas e que só são experienciadas e realmente percebidas por aqueles que sentem na pele a dor, o ressentimento e o sofrimento de não poder se encaixar na heteronormatividade, ou seja, no padrão heterossexual culturalmente dominante. (DUARTE, 2015, p. 25).

Marcos Lobo Ferreira (2019), do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB/UFPA, em sua dissertação denominada “Homoparentalidade e a escola básica: narrativas de um currículo da diferença”, ao falar das famílias homoparentais no ambiente escolar, também demonstra como a escola permanece reforçando práticas conservadoras, mas não apenas isso, como a escola também pode ser um espaço de diálogo e enfrentamento às violências sofridas.

Certamente, a escola do passado, assim como a do presente, apresenta incontáveis dificuldades, sobretudo no que diz respeito ao campo das diferenças em torno das sexualidades, no entanto, fadar essa escola ao completo fracasso pode ser perigoso e, possivelmente injusto. Essa questão deixou de ser uma simples inquietação, passando a uma problematização, após realizadas as entrevistas com meus interlocutores, que me mostraram a potência que famílias, até pouco tempo invisibilizadas, têm ou podem ter diante de um currículo até pouco tempo imutável. (LOBO, 2019, p. 9).

Thiago Conceição (2012), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPA, em sua dissertação “Práticas de gênero e sexualidade: a produção discursiva sobre o/a professor/a homossexual na docência primária”, ao contrário da maioria dos trabalhos apresentados nesta seção, foca seu estudo nas violências sofridas por professores LGBTs. Para o autor, a escola reforça pretensos padrões de heteronormatividade e muitos docentes escondem sua sexualidade para não serem vítimas de LGBTfobia:

A partir da análise discursiva dos enunciados sobre gênero e sexualidade produzidos por professores/as homossexuais da docência primária, pude constatar que essa ambiência docente é produzida por discursos que

constituem esses docentes homossexuais a partir de práticas e ações normatizadoras e hegemônicas de gênero e sexualidade que tentam, sobretudo, ocultar a sexualidade homossexual no ambiente escolar, produzida a partir de discursos de silenciamento, negação, controle e vigilância sobre esses sujeitos ditos “anormais”. Há, portanto, uma maior vigilância e controle por parte da escola quando se trata desses professores/as homossexuais, as exigências institucionais são redobradas, seus dispositivos institucionais têm maior efeito e, agem na manutenção de uma suposta heteronormatividade sexual na escola. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 11).

Jardélio Silva (2019), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UEPA, em sua dissertação denominada “Professor gay e professora lésbica: um estudo sobre homofobia na docência”, também volta seu trabalho para as violências sofridas por professores LGBTs, que, muitas vezes, são vitimados por colegas de trabalho, alunos e pais de alunos; os que escolhem assumir sua sexualidade acabam enfrentando essa violência, tornando-se linha de frente no combate à discriminação no espaço escolar.

Longe de exaurir tais possibilidades, este trabalho propõe uma investigação acerca da trajetória de docentes gays ou lésbicas que tornam explícita para a comunidade escolar, sua orientação sexual, a homossexualidade. Nesse sentido, faz-se necessário pesquisar sobre esses sujeitos, se são passíveis de preconceito e de discriminação de forma velada ou não, de respeito ou de invisibilidade por parte de estudantes, pais, mães e responsáveis de estudantes, colegas professores/as e demais trabalhadores/as da administração e auxiliares. (SILVA, 2019, p. 8).

A dissertação produzida pela então discente Welma Mafra (2019), do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB/UFPA, intitulada “Memórias de escolarização de jovens militantes do movimento LGBTs em Belém/PA”, conclui que a escola é esse espaço de formação de indivíduos que busca homogeneizar a sociedade e construir padrões socialmente aceitos. Segundo a autora, assim como outras instituições, a escola se utiliza da força e da dominação para produzir um padrão normativo que possa servir a uma sociedade pequeno-burguesa:

Concluimos que a escola, assim como outras instituições sociais, tem se constituído enquanto instrumento de veiculação do ódio heterossexista, pois a educação escolarizada se constitui como tempo/espaço de pretensa produção de homogeneidades forçadas, onde a sequência sexo biológico - identidade de gênero – orientação sexual precisa convergir inquestionavelmente, a fim de se produzir indivíduos que possam vivificar o modelo de cidadania pequeno burguês. (MAFRA, 2019, p. 12).

Rachel Abreu (2019), do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio, em sua dissertação denominada “‘É algo socialmente construído’: gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes”, chega à conclusão de que a LGBTfobia, no ambiente escolar, muitas vezes, serve como um reforçador de uma pretensa heteronormatividade, reforçada por toda sociedade, inclusive por pais e professores, servindo como mecanismo de pertencimento e como uma tentativa de se encaixar nos grupos dominantes heteronormativos.

Enquanto imperativos a LGBTfobia ou homofobia se manifestam no cotidiano escolar entre ofensas e xingamentos, de cunho generalista como destacado pelo professor Fred, como estratégia afirmação dentro da norma. Estes meninos estão construindo masculinidades reforçando a matriz heteronormativa, a partir da negação dos elementos femininos, assim, a LGBTfobia surge como um mecanismo de autoafirmação do seu pertencimento a lógica heterossexual. (ABREU, 2019, p. 18).

Mariana Rodrigues (2016), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFT, em sua dissertação “Homofobia velada e sexismo consentido: desafios e possibilidades do GDE na educação básica no Tocantins”, estuda a importância da especialização em Gênero e Diversidade na Escola, curso ofertado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), entre 2015 e 2016, no processo de formação dos professores de educação básica para o combate à LGBTfobia. Rodrigues discorre sobre a necessidade de mais políticas públicas para a formação de professores e o enfrentamento às violências, tendo em vista a importância da escola no combate a esse tipo de discriminação.

As temáticas gênero, sexualidade e diversidade sexual, cada vez mais, se tornam um campo de produção do conhecimento científico e se interseccionam com a pesquisa em educação. Abordamos na dissertação as dificuldades e as possibilidades do trabalho sobre gênero e diversidade sexual, sinalizando sobre a homofobia velada e o sexismo consentido, uma vez que as trabalhadoras e trabalhadores da educação ao se omitirem do enfrentamento, tornam com suas práticas “(des)autorizadas” o cotidiano de discriminação, preconceito e violências diversas e correlatas invisibilizados no ambiente escolar. O GDE faz parte da ação de uma política pública de educação para o enfrentamento ao sexismo e à homofobia no Brasil e, especificamente, no Tocantins, ele é a única ação pública de formação de profissionais em gênero e diversidade, o que faz com que este curso se torne uma demanda de pesquisa em educação acerca do sentido e significado político-pedagógico, e sua intervenção uma possibilidade de mudança tanto nas práticas curriculares quanto nos projetos implementados nas escolas. Dado que o ajustamento às normas não ditas, porém praticadas descompromissadamente e/ou displicentemente, constituem-se partes do currículo oculto no espaço de atuação dos sujeitos da educação. (RODRIGUES, 2016, p. 7).

Cleverson Domingos (2021), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UNB, em sua pesquisa “Ativismo institucional nas políticas públicas para educação em gênero e sexualidade no distrito federal”, utiliza dois exemplos de escolas públicas que atuam no enfrentamento à violência LGBTfóbica, demonstrando como as reações externas à escola impedem o exercício livre das atividades, desde as secretarias de educação, nas mais diferentes esferas, até a resistência da comunidade escolar e as políticas governamentais para coibir as atividades, com cortes de gastos e silenciamento dos debates.

Os resultados revelaram que docentes da EAPE e da SUBEB constroem um trabalho institucional pautado no ativismo em defesa dos direitos humanos e da diversidade, mas encontram obstáculos que interferem em sua atuação. A pesquisa identificou várias práticas ativistas adotadas pelo grupo de docentes para promover uma educação em gênero e sexualidade, tais como: formação de redes sociais; mobilização por causas temáticas na criação de cursos de formação, seminários, rodas de conversa nas escolas e produção de orientações; adequação de ações comunicativas; ativismo na criação de estruturas e instrumentos de ação pública; práticas para promover o direito ao nome social; atuação em espaços de participação social; mobilização de atores e recursos externos e internos; táticas de ajuste à administração, incluindo a invisibilização proposital e estratégica, entre outras estratégias. A atuação dos movimentos anti-igualitários, as transições no governo distrital e federal e as intervenções da chefia do Executivo distrital, em diferentes períodos, impuseram obstáculos de diferentes naturezas para a coordenação da ação pública para educação em gênero e sexualidade e para o ativismo institucional na SEEDF. Após os embates nos planos de educação, em 2015, houve alteração e redução na equipe na EAPE e SUBEB, fusão de coordenações, extinção de um núcleo de gênero e sexualidade, reformulação em instrumentos, modificação nos nomes dos cursos, eventos e documentos e mudanças na forma de atuação docente. A atuação de docentes da EAPE e da SUBEB resiste ao contexto de restrições à democracia e aos direitos humanos, lutando para dar continuidade as ações, amparando-se nos instrumentos existentes e atuando como gestoras e gestores proativos (FILICE, 2010). Portanto, ao longo do tempo em estudo, houve avanços e recuos e apesar das restrições políticas do atual contexto controverso, há continuidade da ação pública em defesa de uma educação para a diversidade, em e para os direitos humanos e livre da LGBTfobia, do racismo e sexismo. (DOMINGOS, 2021, p. 9).

O estudo de Maria Jacob (2021), do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos/UFPE, intitulado “‘Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais’: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco”, apresenta, como nas pesquisas anteriores, um exemplo de uma escola pública no enfrentamento à LGBTfobia, evidenciando como uma escola referência atua no combate a essa violência. Jacob retrata os avanços e

os entraves que a escola enfrenta no combate à discriminação por orientação sexual e de gênero, apontando caminhos para superar tais questões.

Este estudo teve como principal objetivo analisar as práticas pedagógicas relacionadas a questões de gênero e sexualidade desenvolvidas em um Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher presente em uma escola pública estadual de referência em ensino médio localizada na Zona Norte do Recife (PE). A pesquisa buscou observar e investigar como essas práticas são desenvolvidas e suas implicações para a promoção da igualdade de gênero, do respeito às diferentes formas de expressão do gênero e da sexualidade, do combate à LGBTfobia e, também para o fortalecimento da cidadania e dos Direitos Humanos em uma fase importante do processo educacional formal de discentes. O argumento central é o de que a existência do Núcleo de Estudos de Gênero é importante e necessária enquanto política pública para que haja uma ampliação da discussão e conscientização sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres como estratégia de combate ao machismo, ao preconceito e de promoção do respeito à diversidade sexual. Para isso, verificou-se que a prática pedagógica desenvolvida possui uma abordagem reflexiva, progressista e problematizadora. Apesar das lacunas na formação docente inicial e continuada para trabalhar as temáticas de gênero e sexualidade, apontadas na investigação, a pesquisa revelou que o Núcleo de Gênero da escola estudada adquiriu uma significativa importância simbólica e passou a funcionar como uma instância de acolhimento de denúncias de violações de direitos e, também de defesa da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. (JACOB, 2021, p. 11).

A dissertação de Gerlândia Silva (2014), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB, denominada “Performatividade homoerótica em práticas discursivas docentes”, debate os limites fronteiriços e as subversões das normas escolares pré-estabelecidas, esclarecendo como processos padronizadores podem ser subvertidos e alterados, gerando mudanças na realidade escolar. A autora utiliza o exemplo do futebol, interesse tanto de meninos quanto de meninas, subvertendo a lógica de um esporte masculinizado que, muitas vezes, é utilizado como instrumento de violência heteronormativa, mas que também possibilita a inversão dessa lógica, como nos casos dos times de futebol femininos.

A escola desde o início ajudou a caracterizar os desempenhos das distintas disciplinas, vinculando o interesse em cada área o gênero ou ao sexo, no sentido biológico colocando uns como naturalmente curiosos e travessos, e outros como naturalmente quietos e submissos, estas atitudes na época pareciam convenientes, se interferiam em toda a organização do trabalho pedagógico, do planejamento as avaliações. porém a fuga, o adiamento e o porvir permitem escapes, transgressões, subversões e a escrita de traçados outros desencontrados, desalinhados, desobedientes e indomáveis, fazendo da escola um lugar de fabricação do improvável e o futebol que segregava e marcava os lugares performativos também permitiu borrões, rabiscos e garatujas das diferenças mesmo sendo o futebol adotado na escola lugar em que a discursividade sobre o corpo se faz presente com um formato masculinizado e que um conjunto de normas reiteradas em torno de uma

disciplinarização de corpos criar realidades e ainda que seja visto como um dos principais representantes do que se considera masculinidade brasileira certamente ou está junto e a ludicidade envolvidas na trama do esporte, provocam desejos de meninas e meninos que procuram no futebol sua beleza indistintamente do lugar reservado para o macho ou fêmea de uma fabricada espécie. (SILVA, 2014, p. 25).

Mayanne Souza (2019), do Programa de Pós-Graduação/UEPA, em sua dissertação “Transgeneridade e Heteronormatividade na escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas”, salienta a dualidade no papel da escola no enfrentamento à LGBTfobia. Enquanto, por um lado, temos casos de acolhimento, combate e até mesmo ações diretas de enfrentamento, por outro, temos silenciamento, afastamento, repulsa e até mesmo a ação de práticas discriminatórias pela escola. Em muitos casos, a escola atua nos dois sentidos ao mesmo tempo, destacando os casos de negação ao direito à educação pela população trans e como se dá esse enfrentamento no ambiente escolar.

Sobre a orientação resistência, esta refere-se às dificuldades ou a tranquilidade vivenciadas no início da transição, somadas a aceitação e a não aceitação da família, ao acolhimento ou ao despreparo quanto à reação da escola demonstraram que entre uma e outra possibilidade, a marca é resistir e afirmar sua condição de pessoas trans. Sobre a orientação enfrentamento desvelou-se que experiências de negação de sua identidade de gênero na instituição de ensino ou acontecimentos vivenciados envolvendo agressões físicas, psicológicas e verbais levam a diferentes reações, seja de enfrentamento ou silenciamento. Sobre a orientação dicotomia demonstrou-se posições advindas dos/a professores/a participantes de que transgêneros são cidadãos, mas também um problema. Nas experiências profissionais verificamos formas de evolução, retrocesso e tranquilidade. Ao sentimento em ter estudantes trans em sala, encontramos posições de igualdade, mas também de repulsa. Sobre a orientação dualidade delineou-se entre os/as estudantes relações amigáveis, mas também preconceituosas e dentre os/a professores/a relações respeitadas, mas também discriminatórias. Sobre a orientação pacificação, evidenciou-se o desejo e anseio por providências na tentativa de acalmar ou propiciar a harmonia, representando o restabelecimento da paz e o cenário pelo qual se luta. Conclui-se que nem todos os setores nas escolas possuem conhecimento sobre os direitos dos/as estudantes trans. Entretanto, deve-se destacar a importância de medidas que impeçam ou, pelo menos, minimizem atitudes referentes às cenas opressivas que machucam os indivíduos, conforme os relatos de nossos/as participantes. O ato de ignorar ou demonstrar-se alheio corrobora para o acentuamento deste quadro repleto de exclusão e segregação. (SOUZA, 2019, p. 11).

Silvane Chaves (2015), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFGA, em sua pesquisa “Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação”, questiona justamente o apagamento de diversas identidades, não apenas pela escola, mas pelas políticas voltadas ao enfrentamento,

que muitas vezes se resumem ao público genérico “homossexual”, apagando as diversas identidades que não estão contempladas nesse termo.

Outro mecanismo de invisibilização, se dá novamente por exclusão e a pagamento reproduzido no ato de nomear com o uso do termo violência homofóbica, utilizado amplamente para se referir a violência praticada contra gays, lésbicas, transexuais, travestis transgêneros, crossdresser, HSH (homens que fazem sexo com homens). G0ys, entre outras denominações cumprem o mesmo efeito de homogeneização do múltiplo da diferença sexual de forma semelhante ao uso da categoria homossexual cada modo de vida tem sua singularidade isso é fato porém não há como conceber que tal homogeneização converta graciosamente um múltiplo em singular sem qualquer prejuízo a igualdade nesse caso mostra se cambiante na medida em que o tratamento dispensado pelo saber médico à homossexualidade e a transexualidade é distinto considerando que este figurou como patologia até o ano de 2013 inscrita sob a CID 10F64.0 denominada de “transtorno de identidade de gênero”, condição em que a homossexualidade não está submetida desde 1993 distinção que se estende ao tratamento diferenciado na legislação e ainda há sanções ou limitações de direitos a exemplo do uso de espaços públicos como os banheiros. (CHAVES, 2015, p. 10).

Márcio Lima (2016), do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEduc/UFPE, elabora um interessante e inovador trabalho em sua pesquisa “Políticas de educação que tratam de gênero e sexualidades na América Latina: um Estudo sobre Brasil e Uruguai”, ao realizar uma comparação entre as políticas públicas para o enfrentamento à LGBTfobia pela escola no Brasil e no Uruguai na última década. O autor destaca os avanços sociais e econômicos de ambos os países como diretamente relacionados, as legislações e políticas públicas em diversos níveis, além do avanço no referido debate. No entanto, ele alerta que tanto no Brasil como no Uruguai essas violências ainda são muito presentes e que o enfrentamento em âmbito nacional está longe do ideal.

Esta dissertação versa sobre um estudo acerca das Políticas de Educação que tratam de Gênero e Sexualidades na América Latina, enfatizando aquilo que tem sido feito na Educação no Brasil e no Uruguai para o enfrentamento da LGBTfobia. No entanto, defendemos neste estudo que o destaque dado a esta problemática advém, principalmente, das demandas, das reivindicações e lutas dos movimentos LGBTs que têm exercido forte pressão nos governos para a elaboração de políticas em Educação que visem assegurar o direito ao respeito às diversas identidades LGBTs nos espaços educacionais. Por isso, procuramos abranger a partir da década de 1980, no período pós-ditadura destes países, a elaboração de políticas públicas que tenham como intuito combater as ações discriminatórias praticadas contra pessoas de identidade LGBT na escola. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre as principais medidas adotadas na área de Educação que tratam das questões de Gênero e Sexualidades para o enfrentamento da LGBTfobia no Brasil e Uruguai. Por fim, concluímos em nossas análises que no Brasil e no Uruguai foram implementadas algumas leis importantes contra a discriminação das

peças com identidades LGBTs. Uma vez que estes dois países passaram por marcantes transformações de ordem social, política e econômica que contribuíram para fomentar um cenário humano mais equânime e menos injusto em suas sociedades. Contudo, as pessoas com identidades LGBTs ainda sofrem graves exclusões e uma persistente violência nos espaços educacionais, pois seus direitos são ainda assegurados de forma tímida e gradual, tanto nas escolas quanto nas sociedades estudadas. (LIMA, 2016, p. 11).

Igor Bergamachi (2018), do Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais e Democracia/UNIBRASIL, em sua pesquisa “A diversidade sexual e o controle do estado: limites da intervenção estatal nas questões de liberdade sexual no contexto escolar”, invoca os direitos constitucionais no sentido da garantia do direito à educação pela população LGBT. O autor frisa que a escola tem a obrigação de enfrentar esse tipo de violência, além da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A discriminação contra a população LGBT no Brasil é um problema real que vitima pessoas diariamente. A LGBTfobia se caracteriza pela prática de violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, em virtude de suas condições de gênero ou de orientação sexual. O objetivo desses estudos foi trabalhar com medidas de enfrentamento da LGBTfobia dentro do ambiente das escolas, a partir da ótica dos direitos humanos como fundamento dos processos educacionais no país. Contrapondo-se às perspectivas mais tecnicistas, a perspectiva adotada nesse trabalho, foi a de que não existe educação neutra, e que, a educação deve influenciar no espaço em que atua. Demonstra-se, a partir do estudo feito, que, a instituição escolar cumula a tarefa de promoção da dignidade humana na sociedade. A escola possui um papel de transformação social, e não existe meramente para passar conhecimento. A escola tem a função de contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural e democrática. Isso, para as pessoas LGBT, significa ter resguardados os seus direitos básicos de existir, de se expressar e de viver conforme suas concepções. E, a luta contra as formas de discriminação e violência contra essas pessoas deve ser travada na escola. (BERGAMACHI, 2018, p. 12).

Daniella Bittencourt (2019), do Programa de Pós-Graduação em Educação/UEPA, em sua dissertação “Relação de gênero na formação de professores(as) de educação física: entre o Binarismo e a Equidade”, no mesmo sentido, aponta-nos a importância da escola não apenas em repassar conteúdo, mas no processo de formação cidadã. Para a autora, o compromisso com o enfrentamento às violências não apenas da escola, mas de toda sociedade, é fundamental na erradicação da discriminação sexual e de gênero.

Neste ponto pode-se perceber que para além do ensinar conteúdos elaborados, a escola tem um importante papel socializador, que coloca o aluno ou aluna em um processo de fazer-se pensador/a da sociedade em que está inserido/a, portanto, devemos compreendê-la em sua

complexidade e enxergá-la como local de disputa que é ao mesmo tempo propício para imposição de regras, normas e estereótipos mas é também propício para a resistência contra práticas sociais discriminatórias e excludentes como é o caso do racismo, da homofobia e do sexismo. Sem deixar de levar em consideração a complexidade em que a escola está imersa e o objeto deste estudo, é possível dizer que na escola os sujeitos produzem suas identidades. Neste local meninos e meninas aprendem e dão significado a gestos e movimentos de modo que é possível apenas ao olhar identificar estes comportamentos. No espaço escolar, eles e elas aprendem a olhar o outro e a se olhar e aprendem a ouvir, falar, calar e preferir. (BITTENCOURT, 2019, p. 7).

#### **4.5 Apontamentos Possíveis**

Nesta seção, irei apresentar alguns apontamentos possíveis com base nas análises dos trabalhos produzidos, mostrando as contribuições dos autores e como essas pesquisas apresentam debates importantes, que precisam ser discutidos dentro e fora da academia.

Entre os temas mais frequentes, está o debate a respeito da violência LGBTfóbica sofrida por professores. Ao contrário do que se pode imaginar, a violência sofrida por professores está presente em ao menos um terço dos trabalhos encontrados (11 dos 30 trabalhos encontrados). Uma das razões para isso é que, no geral, os trabalhos são produzidos por docentes da rede pública e privada da educação básica, fazendo diretamente um paralelo com a realidade vivenciada em seu cotidiano escolar. Muitos pesquisadores, em diversas áreas do conhecimento, buscam debater problemas que envolvem questões pessoais vivenciadas por eles ou pessoas próximas.

O debate sobre transgeneridade pode ser um tema que foge à regra anterior nas pesquisas sobre sexualidade. A violência sofrida por pessoas transgênero é um tema bastante frequente, mesmo com a ausência de pesquisadores transgêneros nas universidades. Isso significa que diversos pesquisadores cisgêneros têm assumido esse debate na academia como foco de suas pesquisas, dando voz a um grupo ainda extremamente marginalizado, que vem sendo excluído dos espaços de educação formal.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), 90% das pessoas trans hoje sobrevivem da prostituição (dados de 2021). Números alarmantes que revelam um cenário de violência e completa falta de políticas públicas para essas pessoas. Em pesquisa realizada em 7 capitais brasileiras pela Organização das Nações Unidas em 2020, 74% das pessoas trans não haviam

concluído a educação básica, em um estudo inédito realizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) no Brasil.

Os estudos de caso sobre exemplos de escolas que possuem práticas bem sucedidas de enfrentamento à LGBTfobia também são presentes nas pesquisas acerca do combate à LGBTfobia pela escola. Nesses casos, mostram-se as ações de escolas-modelo, as quais possuem projetos que buscam promover diálogo e atividades inclusivas, ganhando um espaço bem robusto nos temas debatidos por pesquisadores. Ademais, evidencia-se como essas escolas são a exceção, e não a regra, além de como essas ações são muitas vezes individuais de alguns docentes em escolas com melhores estruturas em grandes centros urbanos, que nem de longe representam a realidade de escolas em municípios do interior, ou escolas públicas presentes nas periferias.

Nesse sentido, a existência de escolas-modelo por si já representa esse caráter de excepcionalidade. Isso nos faz repensar sobre como estamos lidando com essa questão e como a falta de políticas educacionais voltadas ao enfrentamento à LGBTfobia ainda é uma grande barreira nesse debate.

As políticas educacionais são o tema transversal mais recorrente nas pesquisas encontradas. A falta de políticas públicas voltadas à educação da população LGBT, além de normas regulamentadoras, parece ser o grande vilão a ser enfrentado. Esse debate político possui diversos entraves às ações. A falta de recursos destinados a essa questão dificulta ainda mais a promoção da discussão nas escolas. Além disso, a falta de formação de professores em diversidade sexual é outro ponto que parece ser um tema ainda pouco discutido pelos grupos que possuem poder institucional de realizar as transformações necessárias.

Assim, ficamos no escuro, por não existirem esforços e, muitas vezes, esses temas serem considerados polêmicos. Por isso, as escolas preferem se silenciar, já que esse tema tem um forte apelo social e religioso; os agentes públicos preferem não se envolver, pelo medo de perderem prestígio político. Vimos, nas últimas eleições, como as políticas educacionais possuem um grande apelo social e eleitoral, como nos casos dos famosos “Kit gay”, “Banheiros unissex” e “Escola sem partido”. Secretários de educação e diretores escolares, cargos de indicação política, seguem a cartilha dos grupos que foram eleitos, sem normativas que obriguem a destinação de recursos para os temas referentes ao debate sobre LGBTfobia na escola. A violência, muitas vezes, é tratada como tema genérico, que não possui um

foco para as populações LGBTs, provocando um cenário de evasão escolar e baixo rendimento desses alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das teses e dissertações, foi possível perceber que o tema do enfrentamento à LGBTfobia pela escola tem alguns enfoques mais recorrentes, tais como: violência sofrida por professores; casos de escolas tidas como referência no enfrentamento a essa violência; estudo das políticas públicas no enfrentamento à LGBTfobia; e um destaque para o papel da escola no combate à discriminação por orientação sexual e de gênero. As escolas são o espaço de formação formal, mas também de diálogo com a sociedade e de repasse de conhecimentos científicos, culturais e de educação cidadã. O convívio em sociedade passa primordialmente pelo respeito à diversidade, compreendendo a importância de se viver com as diferenças.

O grande feito das pesquisas realizadas sobre essa temática é de justamente trazer o foco dos debates para a realidade de alunos que ainda precisam lidar, de maneira muitas vezes silenciosa, com casos de abusos, das mais variadas formas, por não possuírem a sexualidade padrão ou não corresponderem ao ideal de performatividade de gênero. Nesse sentido, algumas escolas já possuem diversas práticas bem sucedidas de enfrentamento a essas violências. Muitas delas poderiam ser implementadas em outras escolas.

Outro apontamento é a falta de incentivo dos órgãos para o combate a esse tipo de discriminação. Por razões muitas vezes políticas, órgãos oficiais que possuem o dever institucional de combater todo tipo de violência se silenciam ou até mesmo passam a agir de maneira contrária, seguindo os interesses políticos e religiosos dos seus representantes.

A falta de políticas públicas em âmbito nacional e de normas orientadoras do Ministério da Educação, além das secretarias municipais e estaduais de educação, deixam as escolas sem qualquer respaldo institucional, dependendo apenas da boa-fé de professores que, muitas vezes, são os únicos a agirem de maneira eficaz no enfrentamento à LGBTfobia. Ademais, as pesquisas revelam a preocupação de pesquisadores diante da ineficiência e, frequentemente, da falta completa de ações que possibilitem esse debate no interior das escolas. Destacam-se, assim, a importância do papel institucional da escola para a construção cidadã e sua relevância na transformação social, bem como no processo de tomada de consciência sobre questões essenciais ao convívio em sociedade.

Por fim, considero que ainda temos muito a avançar, mas que já estamos caminhando nesse sentido. Na última década (período avaliado nesta pesquisa), tivemos grandes avanços sociais, mesmo com retrocessos em diversos aspectos, como o processo de desmonte de políticas públicas voltadas à diversidade nos órgãos federais. No entanto, conquistas importantes no judiciário possibilitaram o casamento igualitário (2013), a equiparação da homofobia ao crime de racismo (2019) e as diversas garantias do nome social em órgãos oficiais.

As pesquisas apresentadas nesta dissertação evidenciam como saímos de um completo silenciamento para um embate crescente na busca por respeito e por garantia do nosso modo de vida. O tema discutido está longe de ser encerrado. Espero que, nos próximos dez anos, tenhamos ainda mais pesquisas e que esse debate seja ainda mais aprofundado.

## REFERÊNCIAS

ABGLT. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no brasil:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota oficial sobre o uso da sigla LGBT.** Curitiba. 2017.

ABREU, Thiago Ferreira. **Ser ou não ser, afinal o que se é? Um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da LGBTfobia Institucionalizada.** 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

ABREU, Rachel Luiza Pulcino de. **“É algo socialmente construído”:** gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes. 2019. 270 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2019.

ALVES, André nogueira. **Entre o silenciamento naturalizado e o eco escolar da comunidade LGBTQ+:** a emergência da existência/resistência do NUGED – IFSUL. 2019. 217 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70, 1979.

BERGAMASCHI, Igor Felipe. **A diversidade sexual e o controle do estado:** limites da intervenção estatal nas questões de liberdade sexual no contexto escolar. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Autônomo do Brasil, 2018.

BITENCOURT, Daniella Rocha. **Relação de gênero na formação de professores(as) de educação física:** entre o Binarismo e a Equidade. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará – UEPA, 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Luizete Pereira de. **Diversidade de gênero na escola: Documentando Histórias de Vida**. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências na Educação Básica) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, 2019.

CASTRO, Khrysalis Pires de. **Cartas de uma professora de educação física: concepções e representações de corpos, gêneros e sexualidades nas práticas docentes**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, 2021.

CHAVES, Silvane Lopes. **Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará – UFPA, 2015.

COSTA, Antônio Mateus Pontes. **Pedagogia decolonial e arte educação: transgressões e enfrentamento da LGBTfobia na educação**. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, 2021.

CONCEIÇÃO, Thiago Augusto de Oliveira da. **Práticas de gênero e sexualidade: a produção discursiva sobre o/a professor/a homossexual na docência primária**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciência da Educação, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2012.

DOMINGOS, Cleverson de Oliveira. **Ativismo institucional nas políticas públicas para educação em gênero e sexualidade no distrito federal**. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2021.

DUARTE, Francisco Ednardo. **As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2015.

DURÃO, Maria Julieta Correia Jacob. **“Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”**: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e

sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

FERREIRA, Marcos Vinícius Lobo. **Homoparentalidade e a escola básica: narrativas de um currículo da diferença**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará – UFPA, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon de Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. (orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANCO, Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. Foucault e os estudos queer. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. (orgs.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 135-142.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEONARDO, Rafaela Cotta. **Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar**: tecendo problematizações com docentes da educação básica e pública do município do rio de janeiro e do município de Nova Iguaçu. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2018.

LIMA, Marcio da Silva. **Políticas de educação que tratam de gênero e sexualidades na américa latina**: Um Estudo sobre Brasil e Uruguai. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

MAFRA, Welma Cristina Barbosa. **Memórias de escolarização de jovens militantes do movimento LGBTs em Belém/PA**. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2019.

MENDES, Sandra Karina Barbosa. **Diferentes, porém iguais**: o acontecimento do combate a homofobia no currículo do projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE). 2016. 229 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, métodos e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 09-29.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 55. 2021.

ORIENTANDO. **O que significa LGBTQIAPN+?** Disponível em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>. Acesso em: 23 dez. 2021.

PAIVA, Camila de Lourdes Cavalcanti. **A configuração didática das práticas pedagógicas de professores/as da EJA em combate à LGBTfobia**. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, 2021.

RAMOS, Ramon Fernandes. **Marcas da LGBTfobia na escola: análise de histórias orais de alunos/as LGBTT em uma escola da periferia de Fortaleza**. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – UNILAB, 2019.

RIBEIRO, Everton. **Não é “mimimi” ou a experiência do drama na formação docente: os sulcos da violência recôndita contra estudantes LGBT**. 2019. 115 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2019.

RODRIGUES, Mariana Merique. **Homofobia velada e sexismo consentido: desafios e possibilidades do GDE na educação básica no Tocantins**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Tocantins, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

ROSSATO, Bruno Costa Lima. **Aprendizagens de gênero-sexualidade na/com a educação infantil: apontamentos para pensar os currículos**. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, julho, 2009.

SANTOS, Emerson Silva. **(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar**. 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SILVA, Dhones Stalbert Nunes. **Os docentes do ensino médio entre: as resistências e estratégias das temáticas de educação, gênero e sexualidade na cidade de Caruaru**. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

SILVA, Filipe Antônio Ferreira da. **Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega**. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SILVA, Gerlândia de Castro. **Performatividade homoerótica em práticas discursivas docentes**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2014.

SILVA, Jardinelio Reis da. **Professor gay e professora lésbica: um estudo sobre homofobia na docência**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará – UEPA, 2019.

SILVA, Roselaine Dias da. **Vozes de estudantes do ensino médio sobre a LGBTfobia em uma escola estadual em Campo Grande, MS**. 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2019.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. Sexualidade e educação: um diálogo necessário. Artigo. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 218-238, jul.-dez. 2011.

SOUZA, Mayanne Adriane Cardoso de. **Transgeneridade e Heteronormatividade na escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas**.

2019. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará – UEPA, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.